



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



KALYNE BARBOSA ARRUDA

**OS ANÚNCIOS NO JORNAL *A UNIÃO* (1904-1937): A PROPAGAÇÃO DA
MODERNIDADE PEDAGÓGICA NA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2015**

KALYNE BARBOSA ARRUDA

**OS ANÚNCIOS NO JORNAL A *UNIÃO* (1904-1937): A PROPAGAÇÃO DA
MODERNIDADE PEDAGÓGICA NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE (*Stricto Sensu*), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fabiana Sena da Silva

**JOÃO PESSOA
2015**

A779a Arruda, Kalyne Barbosa.
Os anúncios no Jornal A União (1904-1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba / Kalyne Barbosa Arruda.- João Pessoa, 2015.
76f. : il.
Orientadora: Fabiana Sena da Silva
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação. 2. História da educação. 3. Anúncios - Jornal A União - 1904-1937. 4. Modernidade pedagógica.

UFPB/BC

CDU: 37(043)


KALYNE BARBOSA ARRUDA

**OS ANÚNCIOS NO JORNAL A UNIÃO (1904-1937): A PROPAGAÇÃO DA
MODERNIDADE PEDAGÓGICA NA PARAÍBA**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE (*Stricto Sensu*), do Centro de Educação - CE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Dissertação aprovada em 22/07/2015

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª. Fabiana Sena da Silva
Orientadora - UFPB

Profª. Drª. Waldênia Leão de Carvalho
Examinadora externa - UPE


Profª. Drª. Maria Elizete Guimarães de Carvalho
Examinadora interna - UFPB

Ao meu querido Deus primeiramente
e aos meus pais,
Amadeu Herculano de Arruda e
Maria das Dores Barbosa Arruda,
pelo amor e companheirismo
em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por proporcionar a realização de um sonho idealizado por mim, que é a concretização desta dissertação. Por também acalmar e capacitar meu coração e mente nas horas de ansiedades e dúvidas, ao tentar escrever cada palavra deste trabalho.

A minhas famílias materna e paterna, que me apoiaram com palavras motivadoras desde o início da minha carreira profissional.

Aos meus queridos pais, Amadeu Herculano de Arruda e Maria das Dores Barbosa Arruda que, muitas vezes, preencheram-me com palavras sábias de fortaleza e coragem, para que, em nenhum momento, eu pudesse desistir da caminhada de me tornar uma Mestra em Educação.

À excelentíssima professora e orientadora Dra. Fabiana Sena da Silva, que guiou boa parte dos meus passos na vida acadêmica, desde o momento em que se tornou integrante do Grupo de Pesquisa, do qual eu fazia parte, até o momento que me tornei sua orientanda de mestrado na UFPB. Não tenho palavras suficientes, neste instante, para agradecer o incentivo, a paciência, dedicação e respeito, que me orientaram a um enriquecimento intelectual até o presente momento.

A querida professora Dra. Maria Elizete Guimarães de Carvalho, que carinhosamente chamo de uma excelente professora, por sempre estar disposta a ajudar nos momentos de dúvidas e incertezas. Com seu jeito sempre requintado, sério e pontual de dirigir suas ações, consegui dar exemplos, que tentarei seguir durante a minha trajetória pessoal e acadêmica.

Ao professor Charliton Machado e Maria Lúcia Nunes, duas pessoas elegantes, inteligentes que me orientaram durante a minha graduação, de uma forma sábia, levaram-me a admirá-los a cada dia.

A professora Dra. Fabíola Barrocas, que me fez interessar pelo estudo de História da Educação, com uma metodologia que raramente não se consegue deixar-se encantar pela disciplina.

As minhas colegas de leituras, debates, grupo de pesquisa, Géssica Romão, Camila Almeida, Graça Cruz, pois sempre recebi palavras de incentivos, durante os estudos da pós-graduação.

Ao Jornal *A União*, que durante alguns meses, abriram as portas do arquivo para que eu pudesse pesquisar e desempenhar trabalhos que pudessem ser publicados em congressos, seminários, encontros e concluir este trabalho, aumentando, assim, o meu conhecimento.

À turma 33 da pós-graduação, que juntos ingressamos em 2013 no PPGE/UFPB. Muitos foram os momentos em que tive o prazer de ouvir palavras de esperanças, de companheirismo e, assim, fizeram com que aumentassem minhas convicções e certezas de poder fazer parte de uma área de conhecimento, capaz de educar, proporcionando a autonomia intelectual, e tornando o indivíduo mais crítico e reflexivo, ajudando, assim, na consolidação da formação da cidadania.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, local em que estudei durante os últimos 29 meses. Posso afirmar que foi um lugar de grandes aprendizagens, alegrias e, certamente, ficarão grandes e boas lembranças.

A todos os professores, os quais tive a oportunidade de conhecer no PPGE, e de também ter sido sua aluna, por abrir as portas do conhecimento e fornecer conhecimentos e discussões necessárias que contribuíram de forma relevante para a pesquisa.

Enfim, foram várias as pessoas que tive a oportunidade de conhecer, conversar e que me ajudaram direta ou indiretamente para a consolidação deste trabalho. Porém, neste resumido espaço não dá para expor todos os nomes das pessoas queridas e para não correr o risco de esquecer o nome de alguém, sintam-se de alguma forma agradecidos, todos os que puderam fazer parte da trajetória de minha vida.

Obrigada!!!

Não é fácil escrever.
É duro como quebrar rochas.
Palavras muito puras, gotas de cristal.
Sinto a forma brilhante e úmida
debatendo-se dentro de mim.
Mas onde está o que quero dizer?
Inspirai-me, eu tenho quase tudo:
Eu tenho o conteúdo à espera da essência”.

Clarice Lispector

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as representações de educação presentes nos anúncios sobre professores, escolas e métodos de ensino no jornal *A União*, nos anos de 1904 a 1937. Para tanto, os anúncios identificados apresentam uma representação de escolas, professores e métodos de ensino, tendo sido um recurso de divulgação e consolidação das identidades escolares, em que os professores eram apresentados como um elemento de qualidade, constatando, assim, o sucesso de instituições educacionais e profissionais. Tomando como referência os estudos de Chartier, pretendeu-se trabalhar a maneira como os textos e os impressos, que lhe servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita. Este trabalho utilizou, também, o paradigma indiciário de Ginzburg (1989), uma vez que foi útil o faro, o golpe de vista, a intuição, durante a pesquisa com anúncios sobre educação nos jornais. Assim, motivada pela dimensão da pesquisa historiográfica e pelo desejo de contribuir para a história da educação paraibana, a partir de anúncios no Jornal *A União*, o presente trabalho pretende colaborar com os estudos que tratam de anúncios, representações educacionais e modernidade pedagógica nos primeiros anos do século XX.

Palavras-chave: Anúncios. Educação. Modernidade pedagógica.

ABSTRACT

This study has the analysis of the education representations present in the reports about teachers, schools, and teach methods in The Union Journal, at 1904 to 1930, as general objective. So, the identified reports show a representation of schools, teachers and teach methods, having been a consolidation and divulgation asset of the school identifies, when the teachers were shown as a quality element, certifying the success of educational and professional institutions. Using Chartier's studies as reference, planed to work how the support texts and printouts organize the reading that might be done of them. This study used the Ginsburg's index paradigm (1989) also, because that was the useful flair, the jab view, the intuition, during the search with reports about education in journals. In this manner, motivated by the historiographical search dimension and the desire of contributing to the Paraíba education history, parting by The Union Journal reports, the present search intends to collaborate with the studies that discuss reports, educational representations and pedagogical modernity in XX century first years.

Key words: Reports. Education. Pedagogical Modernity.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Anúncios no jornal <i>A União</i>16
---	---------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Collegio Marista	24
Figura 2 -	Academia de Commercio “Epitácio Pessôa”	26
Figura 3 -	Instituto Comercial João Pessoa	27
Figura 4 -	Primeiro anúncio do jornal <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	33
Figura 5 -	Secção livre	35
Figura 6 -	Annuncios	36
Figura 7 -	Anúncios 1	38
Figura 8 -	Anúncios 2	40
Figura 9 -	Pó de arroz	41
Figura 10 -	Collegio Diocesano Pio X	42
Figura 11 -	Annuncios Collegio Anglo-Americano	43
Figura 12 -	Anúncio de instituição pernambucana	48
Figura 13 -	Curso Franco-Brasileiro	49
Figura 14 -	Curso Franco Brasileiro	50
Figura 15 -	Collegio Americano Baptista da Parahyba	51
Figura 16 -	Escola Baptista Adrião Bernardes	53
Figura 17 -	Professora de bordado	54
Figura 18 -	Edital Escola Normal e Annuncios	60
Figura 19 -	Edital Lyceu Parahybano	62
Figura 20 -	Collegio Diocesano Pio X	64
Figura 21 -	Instituto Pedagógico	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMATIZANDO O OBJETO DE PESQUISA	12
1.2 CAMINHOS PERCORRIDOS E FONTES UTILIZADAS	18
2 ANÚNCIOS NO JORNAL A UNIÃO DO SÉCULO XX	21
2.1 O JORNAL A UNIÃO	21
2.2 EDUCAÇÃO E IMPRENSA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	23
3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR MEIO DOS ANÚNCIOS	31
3.1 A SOCIEDADE PARAIBANA NO E POR MEIO DOS ANÚNCIOS	31
3.2 ANÚNCIOS NA IMPRENSA: UMA REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARAIBANA	47
3.3 POR UMA MODERNA PEDAGOGIA: DISCUTINDO O PÚBLICO E O PRIVADO	52
4 ENTRE OS ANÚNCIOS, EDITAIS: LYCEU PARAHYBANO E ESCOLA NORMAL (1926)	59
4.1 “INSCRIÇÕES E MATRICULAS”: CARACTERÍSTICAS DE UM EDITAL COMO ANÚNCIO	59
4.2 ADJETIVOS E ADVÉRBIOS: PRESENÇA ESSENCIAL NOS ANÚNCIOS DE EDUCAÇÃO?	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMATIZANDO O OBJETO DA PESQUISA

A identificação com a linha de pesquisa História da Educação foi construída na graduação, a partir do trabalho desenvolvido na disciplina de História II do curso de Pedagogia, onde foi desenvolvida uma metodologia pautada na produção de memoriais, organizados individualmente pelos (as) alunos (as). Situado no campo de abordagem teórico-metodológica da *Nova História Cultural*, esse conteúdo disciplinar não concentrou a atenção na análise dos grandes estadistas, mas na história dos homens e das mulheres comuns, preocupando-se com as suas práticas culturais e suas experiências de mudança social.

Nessa perspectiva, a professora buscou trabalhar com a construção de memoriais por meio de reflexões contextualizadas historicamente, acerca da vida dos (as) discentes e de seus grupos familiares, fazendo-me perceber o quanto a história se encontra presente na vida de cada indivíduo, seja ele ilustre ou comum. Portanto, tal estudo, baseado no campo da memória, procurou desvelar as práticas educativas em Alagoa Grande – PB, durante a República Velha, a partir da trajetória educacional de Maria Joana Mendes, que faz parte do meu grupo familiar.

Sobre a memória, é necessário ressaltar que não é utilizada, apenas, quando se trata da História Oral, pois a memória é, de acordo com Ricoeur (2003), a reapropriação do passado histórico. Em busca de compreender esse processo de reapropriação, interessei-me em participar de projeto de pesquisa com essa perspectiva. Integrei-me como bolsista PIBIC/CNPq do projeto de pesquisa “Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX: práticas, leituras e representações”, coordenado pelo Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado, no período de 2009 a 2012. Dentre vários objetivos dessa pesquisa, um deles era o de desvelar as práticas, as representações e as leituras das educadoras paraibanas do século XX, no jornal *A União*, dando visibilidade e voz às mulheres que, durante muito tempo, ficaram fora das versões da historiografia oficial ou ocuparam espaços mínimos e marginalizados, embora tenham participado ativamente do processo histórico.

A partir de então, iniciei a minha trajetória na História da Educação. No entanto, ainda envolvida com as práticas, as representações e as leituras sobre a

educação paraibana no decorrer do século XX, por meio da imprensa na Paraíba, atentei-me para um gênero discursivo que estava presente no jornal *A União*, o anúncio. Por meio desse gênero, era possível verificar que professores, métodos de ensino e escolas estavam estampados na última página desse jornal, o que me inquietava, pois precisava compreender a importância desse gênero no jornal e o papel dos anúncios na propagação da modernidade pedagógica na primeira metade do século XX.

Nessa direção, o anúncio de um jornal seria uma memória visível, uma vez que o jornal é uma memória compartilhada de um grupo e passada de uma geração a outra. Pollak (1989) salienta a importância de rastros significativos que uma pessoa, um grupo ou uma nação vai deixando em suas experiências de vida e que se tornam pontos de referências para qualquer estudo histórico, principalmente quando os rastros, muitas vezes, são esquecidos ou ignorados. Sendo assim, a Memória nesse trabalho passa a ser História, uma vez que foi trabalhado com o que está em registro, na forma de anúncio no jornal, procurando apresentar os vestígios, muitas vezes imperceptíveis, mas que dizem tanto ao serem analisados.

As questões postas acima me motivaram a aprofundar essa temática na História da Educação, uma vez que, ao iniciar essa pesquisa, deparei-me com uma lacuna: anúncios sobre educação, tema que a historiografia brasileira do século XX parecia não ousar preencher, embora houvesse estudos referentes aos anúncios na imprensa nos séculos XIX e XX, a exemplo de Freyre (1979), Vasconcelos (2005), Schelbauer (2007), Godoy (2008), Lima (2010), Santos (2010), Baima (2011), Neves e Amaral (2005), Limeira (2012), Nicolau (2012) e Lima (2013). Faz-se necessário ainda investigar a presença destes no cenário paraibano do século XX. Surgiu, então, o interesse em analisar as representações de anúncios de escolas, professores e métodos de ensino no jornal *A União*, uma vez que estes foram os elementos da modernidade pedagógica.

Tomando como referência esses estudos, pretendeu-se trabalhar a maneira como os textos e os impressos, que lhe servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita. (CHARTIER, 1988). Nessa perspectiva, entende-se a representação como “séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real” (p.23).

Este trabalho utilizou, também, o paradigma indiciário de Ginzburg (1989), uma vez que foi útil faro, o golpe de vista, a intuição, durante a pesquisa com anúncios sobre educação nos jornais. O paradigma indiciário foi desenvolvido, da seguinte forma: primeiro houve leitura e fichamento de uma bibliografia sobre o contexto histórico em estudo; segundo catalogação das fontes documentais, onde foi compreendida uma pesquisa documental de fontes primárias a partir dos registros formais encontrados na pesquisa nos acervos do Jornal *A União*, onde o faro, o golpe de vista e a intuição foram imprescindíveis. Por último, a análise temática das fontes catalogadas.

De acordo com Vieira (2007, p.16), evidenciar o jornal “[...] entendido como lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos – assume uma função importante no processo de formação das representações sobre o mundo [...]”, refletindo nestas um caráter educativo, o qual se encontrava inserido numa sociedade centrada na formação do povo, expressão maciçamente veiculada como um dos objetivos a serem alcançados pela sociedade vigente.

No processo de construção da pesquisa, foi necessário delimitar o tempo em virtude da fonte localizada. Ao eleger o jornal *A União* como fonte, verifiquei que o período de sua circulação não está disponível por completo, uma vez que este periódico surgiu em 1893 e se encontrava deteriorado, e para não perder por definitivo tais jornais, os arquivos de João Pessoa, resolveram digitalizá-los, tornando-os indisponíveis para consulta. A respeito disso, Bacellar apud Pinsky (2006, p. 50) afirma que:

documentos mal acomodados em instalações que chegam a ser precárias sofrem rápida deterioração [...] Infestados por brocas, cupins e traças, sofrendo incêndios ou alagamentos, expostos a condições ambientais desfavoráveis, dificilmente sobrevivem.

Sendo assim, é necessário que o pesquisador, ao entrar em contato com os acervos, busque a conscientização dos responsáveis e alerte as pessoas que usufruem dos arquivos, um ambiente pouco acolhedor, em termos de conforto e condições de trabalho, mas que, com esforço, pode levar a alcançar resultados muito gratificantes.

Diante dessa circunstância, foi possível encontrar exemplares do jornal no ano de 1904, ano do primeiro anúncio do século XX identificado e nas décadas de

1930 a 1935 e de 1937. Dessa forma, delimito o período da pesquisa entre 1904 a 1937, em virtude dos anúncios encontrados no jornal *A União*, que foi fundado em 2 de fevereiro de 1893 pelo presidente da Parahyba Álvaro Machado (18/02/1892-22/10/1896).

Para a análise de uma fonte tão extensa, como os anúncios do jornal *A União*, no período de 1904-1937, foi realizado um trabalho por meio de uma amostra composta pelos exemplares do mês de fevereiro do ano de 1904 (único anúncio encontrado nesse ano) e do mês de fevereiro do ano de 1926 (a parte que corresponde ao mês de janeiro deste ano estava deteriorada, impossível de obter uma boa visualização); o mês de janeiro dos anos 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1937. O jornal *A União* do ano de 1936 não foi encontrado durante o período da pesquisa. É relevante ressaltar que a escolha pelos anúncios do mês de janeiro e fevereiro não foi por acaso. Este se deu em virtude desse período se apresentar com a maior concentração de anúncios, tanto de professores, quanto de escolas e métodos de ensino, tendo em vista que os dois primeiros meses do ano é período de matrículas nas escolas.

Na busca de compreender o contexto do período estudado, as fontes apontam para o recorte-temporal que inicia na Primeira República, perpassando o período oligárquico, a Política Café com Leite e chegando ao governo de Getúlio Vargas, Presidente da República, que governou o Brasil em três fases distintas: de 1930 a 1934, no governo provisório; de 1934 a 1937, no governo constitucional, eleito pelo Congresso Nacional; e de 1937 a 1945, no Estado Novo. A respeito disso, Barros (2007, p. 42) faz um alerta:

Um tema pode muito bem atravessar dois governos politicamente diferenciados [...] fica portanto este alerta. Não adianta partir do pressuposto de que os melhores recortes coincidem necessariamente com um governo, um país, uma cidade [...].

Neste trabalho, portanto, não há possibilidade de uma sequência ordenada de acontecimentos, mas um constante ir e vir por meio do período em questão, ou para além dele, acompanhando a própria mobilidade daquilo que se conta. Uma história que não tem começo nem fim, mas que atravessou a construção de um tempo histórico e os registros dos anúncios sobre escolas, professores e métodos, bem como o que eles traziam sobre a modernidade pedagógica.

Tendo em vista que a reconstrução da História no período analisado revela uma complexa e minuciosa tarefa de pesquisa, em constante restauração do passado, bem como a engenhosa tarefa de garimpar documentos, juntamente com a intenção de melhor organizar este trabalho, os anúncios foram divididos em duas categorias no quadro abaixo, quais sejam: escolas e professores, uma vez que os métodos de ensino, muitas vezes, vêm imbricados aos anúncios de escolas e professores, não se julgou necessário acrescentar uma categoria referente a métodos de ensino.

Quadro 1 – Anúncios no jornal *A União*.

Ano	Anúncios de escolas/ instituição de ensino	Anúncio de professores	Total
1904	1	-	1
1926	3	1	4
1930	7	2	9
1931	5	0	5
1932	7	4	11
1933	7	1	8
1934	3	1	4
1935	7	1	8
1937	13	1	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Diante dos caminhos, das veredas e das trilhas percorridas, procurei evidenciar aquilo que constituía o meu objeto de pesquisa: o papel dos anúncios sobre educação, a exemplo de escolas, professores e métodos de ensino no jornal *A União*, na difusão da modernidade pedagógica. A escolha deste jornal se deu por se tratar de um periódico de maior circulação disponível na versão impressa do início da República. Além de esse periódico ter longa duração, é diário, permitindo identificar anúncios frequentemente, diferentemente se fosse semanal, quinzenal ou mensal, a exemplo dos jornais *O Norte (1930)*, *A Notícia (1932)*, *A Rua (1932)*, *A Batalha (1932)*, *O Povo (1934)*, *A Razão (1934)*, *A República (1934)*, *O Dia (1935)*, *O Liceu (1941)*. A maioria destes era efêmero, característico da imprensa brasileira.

De maneira geral, foram selecionados alguns trechos de anúncios de produtos e serviços variados para fazer um estudo de aspectos linguísticos e discursivos que caracterizam esses textos como gêneros publicitários, bem qual o papel deles no processo de modernidade pedagógica na primeira metade do século XX. Esse tipo de seção “mostra o que era valorizado na sociedade (...) e merecia ser divulgado” (SILVA, 2007, p. 23). Portanto, por meio dos anúncios, é possível perceber diferentes hábitos construídos por determinadas sociedades, tais como: alimentares, de vestuário, medicamentos, religiosos, comerciais e educacionais. Segundo Silva (2007), os anúncios e avisos apresentados pelos periódicos são de extrema importância como documentos históricos, deixando transparecer alguns aspectos da vida cotidiana de determinada localidade que não são visíveis em outros registros.

Na busca para identificar os anúncios de educação e procurando seguir as orientações de Ginsburg sobre os vestígios, atentei-me a uma parte do jornal intitulada de “Edital” ou “Editais”, o qual foi possível tratá-lo como anúncio, uma vez que apresentou alguns avisos e anunciou na imprensa oficial de grande circulação, a exemplo do jornal *A União*.

Algumas questões emergiram para delimitar o estudo, tais como: quais eram os assuntos relacionados à educação nos anúncios? Como as escolas, os professores e métodos de ensino eram anunciados? Que história da educação esses anúncios desvelam? Quais as representações por meio de anúncios de educação no período? Havia anúncios que tratavam da pedagogia moderna? Se sim, como era o discurso? Como os anúncios eram formulados para convencer os leitores dos serviços anunciados? Como se dava a circulação desses textos no jornal?

A partir dessas questões, levanto o seguinte problema de pesquisa: qual a representação deles nesse suporte e qual era o papel dos anúncios na difusão da modernidade pedagógica, no período de 1904 a 1937? Para tanto, o objetivo geral dessa investigação é analisar as representações de educação presentes nos anúncios sobre professores, escolas e métodos de ensino no jornal *A União*, nos anos de 1904 a 1937. Quanto aos objetivos específicos são: compreender o gênero anúncio no jornal no século XX; identificar os anúncios de educação no jornal *A União*; verificar as estratégias discursivas nos anúncios; compreender o processo de

circulação dos anúncios de professor, escola e método de ensino no jornal *A União*, para a difusão da modernidade pedagógica.

1.2 CAMINHOS PERCORRIDOS E FONTES UTILIZADAS

Para responder às questões anteriormente citadas e, em especial ao problema de pesquisa, foi necessário buscar referenciais metodológicos que orientassem uma investigação essencialmente bibliográfica e documental, já que as fontes se encontravam dispersas.

Este trabalho investigativo sobre anúncios de educação considera o periódico como fonte documental para a história da educação, pois, de acordo com Sena (2014, p. 77), “esse suporte apresenta questões que revelam dados para a história da educação, tais como livros didáticos, alunos, professores, instituições, diretores da instrução pública, inspetores, recursos financeiros etc.” Nesse sentido, os anúncios de jornais podem trazer à tona as ligações fundamentais entre anunciante e interessado no âmbito da Educação. Ao expor detalhadamente o cotidiano do povo, Freyre (1979, p. XXIX) afirma que os anúncios de jornal, “fornecem elementos preciosos aos cientistas modernos que estejam dispostos a reconstituir passados desfeitos ou civilizações extintas [...]”.

Por essa perspectiva, buscou-se apoio teórico-metodológico nas contribuições trazidas pela *Nova História Cultural* que proporciona não só uma ampliação no conceito de fonte, como também na utilização que se pode fazer, assim como surgiram outras perspectivas de problematização dos objetos de investigação histórica.

Essa abordagem possibilitou a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como ângulos necessários e legítimos para a análise histórica; por outro lado, ressignificou a noção de tempo e de fato histórico, sugeriu uma história problematizadora, na qual a compreensão do presente se dê pelo conhecimento do passado, e o desvelamento deste se faça a partir das exigências daquele. Pois, segundo Reis (2000, p.32): “O presente liga-se ao passado e o passado ao presente de tal forma que o passado se torna presente e o presente imuniza-se contra a sua sorte que é se tornar passado”.

Diante das fontes, tornou-se necessária uma ordenação metodológica para a investigação e a posterior análise dos dados adquiridos. Primeiramente, buscou-se

identificar a organização dos anúncios e editais na imprensa. Em seguida, foram verificados os tipos e formas que eram anunciadas as escolas, aulas e métodos, dando um destaque à linguagem empregada. Assim, fez-se necessário estudar a literatura sobre a imprensa do século XX, tomada como vestígios daquela época (MELLO, 1956; NICOLAU, 2012; BENCOSTTA, 2005; FRANCO, 1999; PINSKY, 2006; BAIMA, 2011). A literatura tratada revelou-se fundamental para a compreensão do contexto do suporte.

Por meio da imprensa pode-se conhecer os modos de funcionamento do campo educacional, pois há matérias relacionadas à área da educação e às práticas pedagógicas, permitindo conhecer as representações construídas a respeito dos sujeitos e conteúdos da educação.

A linha condutora deste trabalho são os registros deixados nos anúncios do jornal *A União*, na busca de informações que possam ajudar a compreender a representação educacional nas três primeiras décadas do século XX.

Assim, tentarei responder a três perguntas básicas: Quando? Onde? Por quê? “Quando” significou estabelecer o recorte temporal da pesquisa. “Onde” se referiu ao espaço geográfico: o local, a região. Vale salientar que as duas respostas, portanto, estão ligadas, pois os lugares mudam conforme a época. O “por quê?”, por sua vez, foi a pergunta mais difícil de responder: haja vista que, explicar um tema e suas causas, mostrar ou representar como ele aconteceu e relacioná-lo com o tempo e o lugar ocorrido, não é uma tarefa tão fácil.

Portanto, o que proponho aqui não é uma explicação única. O mesmo tema ou assunto pode ser reavaliado por outro pesquisador que, utilizando outras abordagens, chegará à outra versão ou interpretação. Assim como não há uma verdade única dos fatos, também não existe uma história única. Existem histórias, no plural.

Desta maneira, tentando identificar as representações educacionais de uma época, evidenciando o anúncio de um jornal, na propagação da modernidade pedagógica, verificando as mudanças e as permanências que ocorreram ao longo do tempo na Paraíba, procurei compreender o porquê, quando e como elas interferiram na vida das pessoas, a partir de três capítulos.

Em **Anúncios no Jornal *A União* do Século XX** é apresentado o percurso historiográfico do jornal, em especial *A União*. Sendo assim, foi possível apontar as propagandas no interior dos jornais, verificando se esses se restringiam a publicar

informações básicas como: o que é o produto ou o serviço, para que serve e onde se vende e se não tinham ainda a intenção de convencer ou persuadir o consumidor como nos dias de hoje. Foi possível também verificar como os anúncios estavam organizados e se tinham um local específico para sua publicação no impresso.

No capítulo seguinte **História da educação por meio dos anúncios** foi analisada a estrutura dos anúncios sobre escolas, professores e métodos de ensino e como era a linguagem e a representação empregada na construção das propagandas, permitindo compreender as estratégias de persuasão aos leitores de jornal.

Por fim, há o capítulo **Entre os anúncios, editais: Lyceu Parahybano e Escola Normal**, no qual foi possível analisar a circulação dos editais de duas escolas de João Pessoa-PB, investigando por meio deles, as configurações do modelo educacional da época, ainda que estes registrem fragmentos do cotidiano escolar.

Assim, motivada pela dimensão da pesquisa historiográfica e pelo desejo de contribuir para a história da educação paraibana, a partir de anúncios no Jornal *A União*, a presente pesquisa pretende colaborar com os estudos que tratam de anúncios, representações educacionais e modernidade pedagógica nos primeiros anos do século XX.

2 ANÚNCIOS NO JORNAL A *UNIÃO* DO SÉCULO XX

2.1 O JORNAL A *UNIÃO*

O historiador Edward Hallet Carr (1985) escreveu no livro *Que é história* que, para entender os posicionamentos de um historiador, é necessário conhecer o meio social e histórico no qual ele está inserido. No caso do pesquisador, além de tudo isso, é essencial saber qual o objetivo de sua pesquisa e que referenciais teóricos são seguidos por ele. Assim, é fundamental saber a história dos próprios jornais, as posições políticas de seus administradores, a linha editorial adotada, o perfil dos patrocinadores e a que grupos políticos e econômicos estão vinculados ao tratá-los como objetos de pesquisa.

O jornal *A União* foi fundado em 2 de fevereiro de 1893, pelo presidente do Estado Álvaro Machado, tornando-se um órgão oficial do governo da Paraíba. De acordo com as primeiras edições, o primeiro grupo redacional deste órgão do governo era ocupado por Gama e Melo, Joaquim Moreira Lima, Ivo M. Borges da Fonseca, José Ferreira de Novaes, Diogo Velho Sobrinho, Dias Pinto e João Leopoldo.

Administrado, nesse primeiro momento, por Tito Henriques da Silva, a parte de diagramação, paginação, revisão e impressão do Jornal *A União* estava a cargo da equipe técnica composta por Francisco Aranha de Farias, Francisco Rodrigues Godinho, João Câncio da Silva, Cassiano Hipólito R. dos Santos e José Ulisses Noronha.

A primeira sede de *A União* foi localizada numa casa na Rua Visconde de Pelotas, formando esquina com a Rua Miguel Couto. Depois esse prédio foi destruído, para objetivos de urbanização, mudando-se para a Rua Duque de Caxias, já em princípios deste século. Após alguns anos, a sede do jornal transferiu-se por várias vezes, mas atualmente encontra-se localizado no bairro Distrito Industrial.

Nos primórdios desse jornal, a impressão era cansativa, durante a qual a equipe técnica passava a noite inteira dentro das oficinas. A distribuição das publicações não se restringia à Paraíba, eram enviados, também, a outros Estados, apesar das dificuldades de transportes que caracterizavam o final do século XIX. (ARAÚJO, 1983, p. 106).

O poeta Carlos Dias Fernandes foi empossado no cargo de diretor de *A União* em fevereiro de 1913, a convite do presidente da Paraíba, na época, Castro Pinto. Carlos Dias Fernandes ficou na direção do jornal durante quinze anos, englobando quatro governos consecutivos: Castro Pinto, Camillo de Hollanda, Solon de Lucena e João Suassuna.

Carlos Dias Fernandes foi demitido da direção de *A União* com a posse de João Pessoa, como presidente do Estado da Paraíba, a 22 de outubro de 1928, para dar lugar a Celso Mariz, que, no entanto, pediu demissão do cargo em junho do ano seguinte. Mardoqueu Nacre assumiu a gerência do jornal em substituição a Claudino Moura, afastado por motivo de doença, depois de ter trabalhado durante 21 anos no jornal. Quando Celso Mariz deixou a direção do órgão, foi substituído por Nelson Lustosa, até fevereiro do ano seguinte, época em que Osias Gomes é nomeado diretor de *A União*.

Depois da morte de João Pessoa, em julho de 1930, Osias ainda permaneceu como diretor do periódico até a Revolução de 1930, quando é substituído por Samuel Duarte, que ficou até 1932. Este, por sua vez, ao se tornar deputado, entregou o cargo a José Leal. Em 1940, José Leal foi nomeado oficialmente para o cargo de diretor do Jornal, ficando até 1941.

Diante de tantos diretores que dirigiram o jornal *A União*, é possível inferir que este foi “um periódico que primou pela qualidade dos serviços prestados ao público” (ARAÚJO, 1983, p. 108), uma vez que, nos anúncios coletados e na linguagem empregada, foi possível perceber tentativas de satisfazer as necessidades dos leitores, apresentando as instituições de ensino e os professores com certa perfeição e excelência de serviços. Além do mais, por ser um jornal oficial, possuiu colaboradores e dirigentes reconhecidos na sociedade paraibana, muitos dos quais eram considerados figuras ilustres, pelos cargos políticos que ocupavam, reforçando ainda mais o caráter de boa qualidade em seus serviços prestados.

Faz-se necessário ressaltar que os jornais, antes de se constituírem em objeto ou fonte de pesquisa, refletem, no progresso de sua própria história, toda uma transformação tecnológica e sociocultural. Além disso, os impressos são instrumentos dotados de ideologias e, por estarem em constante dinamismo com as esferas políticas e sociais, fazem do jornalismo um agente ativo na caracterização dos rumos tomados pela sociedade.

2.2 EDUCAÇÃO E IMPRENSA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O discurso publicitário, peculiar às cidades contemporâneas, integrava-se aos novos processos da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se numa fonte fundamental de recursos. O anúncio, por sua vez, trilhou novos caminhos em relação à estrutura e linguagem.

As transformações ocorridas na imprensa do século XX estavam aliadas aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, publicidade e, nos anos 1920, o rádio –, delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras maneiras de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas emblemáticas do modo de vida urbano e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração. A título de exemplo, vale acompanhar o testemunho do jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (1991) sobre a propaganda:

A partir de 1847, o [*New York Herald*] passou a só aceitar publicidade diariamente submetida ao jornal e paga no ato, conforme o tamanho do espaço ocupado e a página em que o anúncio fosse editado. Em Natal, em 1980, era possível ver-se não só a subsistência do sistema de “conta” anual, como o que já não existia nos EUA nem em 1840: o pagamento feito não através de moeda corrente, mas de um sistema de troca (a loja de departamentos mandava para a casa do proprietário do jornal mercadorias no valor estabelecido pela sua quota de anúncios ao longo de um ano). (SILVA, 1991)

As inovações não se limitaram às mudanças na estrutura de produção, organização, direção e financiamento, atingiram também o conteúdo dos jornais e sua ordenação interna, que começou a exigir uma variedade de competências, fruto da divisão do trabalho e da especialização. Esta, por sua vez, não se circunscreveu à composição e à impressão propriamente ditas, mas atingiu a própria fatura do conteúdo, que passou a contar com redatores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, além de empregados administrativos e de operários encarregados de dar materialidade aos textos. Com podemos observar no anúncio do Collegio Marista, em que o texto aparece acompanhado de uma imagem, proporcionando ao leitor uma leitura visual do prédio, e ocupando um lugar central na propaganda:

Figura 1 - Collegio Marista.



Fonte: Jornal A União - terça-feira, 1º de janeiro de 1935, ano XLII, nº 1, p. 7.

Surgiram seções especializadas, dedicadas ao público feminino, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, assuntos policiais e internacionais. Aos poucos se delineava a distinção entre matéria de carácter informacional ou propriamente jornalística, supostamente neutra e objetiva, e o texto de opinião, que tomava posição e defendia ideias e valores.

Num depoimento datado do início do século XX, Olavo Bilac sintetizou o quadro nos seguintes termos:

O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheceriam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal vêem limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê (...). E porque não lê? Porque não sabe!¹

O fato inegável é que a imprensa/empresa concorria à preferência de um círculo diminuto de leitores. E se o aspecto propriamente comercial tornou-se uma das dimensões essenciais da atividade, não se podem menosprezar os limites que as condições do país impunham a tal processo e tampouco esquecer que o jornal vendia (e vende) uma mercadoria muito especial, capaz de despertar simpatia e oposição, mobilizar e levar à ação política, mas que também deveria inspirar confiança nos que percorriam suas páginas.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, implicou deslocamentos importantes no cenário da grande imprensa: alguns órgãos perderam parte de seu antigo brilho, outros não resistiram aos novos ventos e acabaram desaparecendo, como (*O Povo*, *A Razão*, *O Dia*); enquanto houve aqueles que mudaram de proprietários e/ou alteraram sua linha editorial.

Com a República Nova, em 1930, iniciava um movimento contra o analfabetismo, mobilizado por organismos sociais e civis cujo intuito era o de aumentar o público eleitoral. A educação escolar, portanto, torna-se um dos pontos mais importantes para o progresso e desenvolvimento da nação. O analfabetismo passa a ser compreendido como um dos pontos de estrangulamento do progresso industrial do país, uma vez que o domínio da leitura e escrita era inerente à execução das emergentes técnicas de produção industrial. Na década de 1930, foram encontrados alguns anúncios voltados à educação técnica e profissional, a exemplo do anúncio abaixo:

¹ João do Rio [Paulo Barreto], *O momento literário*, Rio de Janeiro, Garnier, 1908, p. 10-11, Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 3ª ed, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 89, reproduz a opinião de Samuel de Oliveira, expressa em 1900: “Os próprios jornais não têm circulação, os que se publicam nessa capital [Rio de Janeiro] de um milhão de almas, reunidos, não dão uma tiragem de cinquenta mil exemplares”.

Figura 2 - Academia de Commercio Epitácio Pessoa.



Fonte: Jornal A União - quarta-feira, 9 de janeiro de 1935, ano XLII, nº 7, p. 5.

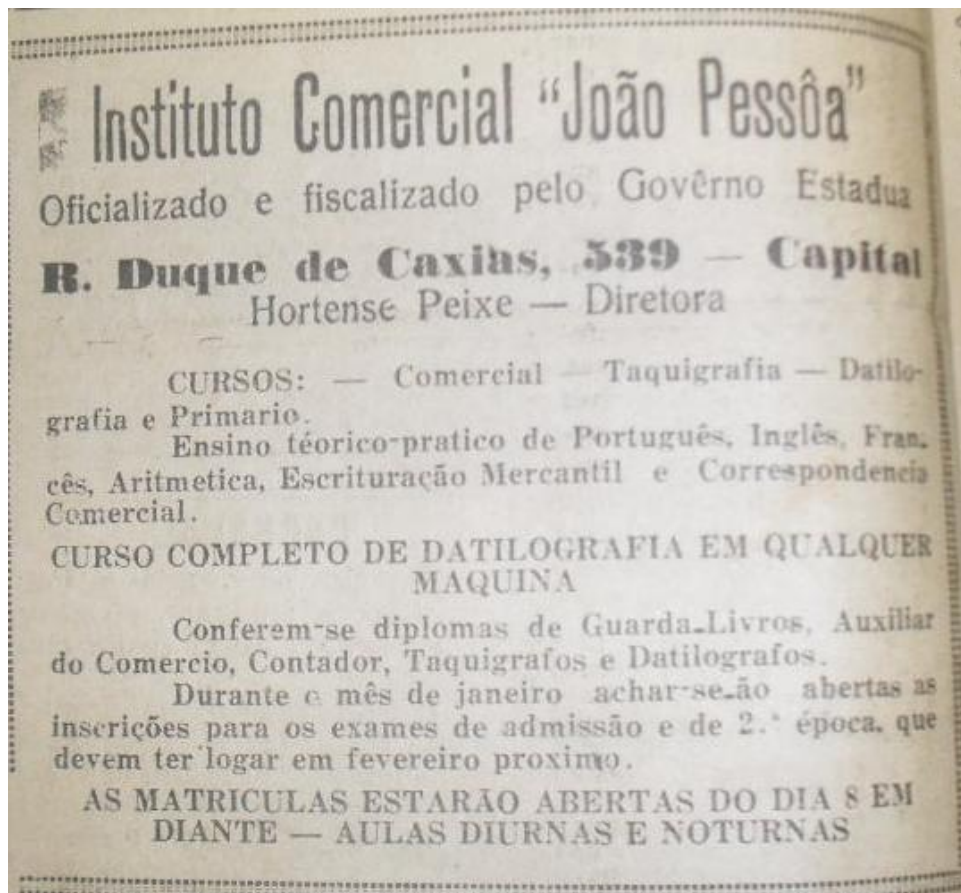
A palavra de ordem era eficiência, capacitação profissional, objetivando os processos de modernização e aceleração do crescimento. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspeção foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional.

Foi uma época de expansão do ensino industrial, por uma política de criação de novas escolas industriais, início de novas especializações nas escolas existentes. As primeiras reformas educacionais, a partir de 1930, foram a do ensino secundário e superior. O primário e o normal só seriam regulamentados nos anos seguintes. O ensino secundário foi reformado pelo Decreto nº 19.890 de 18/04/1931, tendo em vista dupla finalidade: formação geral e preparação para o ensino superior. A sua estrutura foi dividida em dois graus, com a duração total de sete anos. Instituiu-se

um curso fundamental de cinco anos, seguido de um curso complementar ou propedêutico de dois anos.

O processo de escolarização no Brasil foi usado, principalmente, pela necessidade de ser um instrumento de participação política, por meio do voto. Notoriamente, a classe média se utiliza do discurso ideológico liberal, o qual enfatiza a escola como direito de todos. Outro fator foi o processo de industrialização que o país sofreu em virtude também da política de substituição de importações, criada pela crise agroexportadora cafeeira. Por sua vez, a preocupação na falta de qualificação profissional, haja vista que tal ausência pudesse se tornar um dos “pontos de estrangulamento” do progresso industrial, que a defesa de se reformar a educação se torna um ponto essencial de adequação frente à expansão econômica. Então, foram encontrados anúncios de Institutos Comerciais, a exemplo do que será mostrado a seguir:

Figura 3 - Instituto Comercial João Pessoa.



Fonte: A União – João Pessoa (Paraíba) – Quarta-feira, 10 de janeiro 1934, nº 6, ano XLI, p. 4.

O curso comercial passa a ser uma das grandes prioridades de intervenção, pois investir neste sistema de educação é proporcionar condições para os estudantes adquirirem habilidades e competências que lhes possibilitem participar na produção efetiva e desenvolvimento industrial do país.

Os educadores acreditavam que a educação deveria atender às necessidades e solucionar os problemas nacionais. Era também por intermédio dela que se alcançaria uma renovação da sociedade. Porém, a realidade mostrava que o ensino encontrava-se em uma situação precária, sendo fundamental uma reformulação do processo educacional. O processo de escolarização se constitui como influência cultural, absorvida pelas elites intelectuais, fala esta difundida pelas sociedades hegemônicas. Nesse sentido, “A escola é uma das instituições do âmbito da sociedade civil, de que a classe dominante lança mão, para a conquista da hegemonia” (PEIXOTO, 1983, p. 18). Esse pensamento liberal justifica a desigualdade social, com base na hierarquia das capacidades.

Entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo (1945), a imprensa brasileira acompanhou de perto todas as transformações políticas ocorridas no país. Houve o Governo Provisório, a Revolução de 1932, a criação da Constituição de 1934 e o estabelecimento do Estado Novo em 1937. Em função dos acontecimentos, a imprensa chegou a se posicionar claramente, tendo, inclusive, apoiado a Revolução de 1932, ficando ao lado dos que reivindicavam eleições livres e uma Constituição.

Nesse período, a discussão sobre a renovação da educação estava pautada em atender, necessariamente, às exigências do progresso da criança. Esse configura ser o intuito máximo no movimento escolanovista, em que Lourenço Filho (1931a ou b) expõe nitidamente que as transformações sociais exercem poderoso prestígio sobre as finalidades educacionais. Diz ele que essas transformações exigem que “todos, tanto os que se destinam às carreiras liberais, ao funcionalismo e ao comércio, quanto operários e lavradores” (LOURENÇO FILHO, 1931a ou b, p.4), devem passar pela escola primária. Mas a escola tradicional não é competente para atender a demanda originada pela democratização da cultura e, somente uma escola nova, em concordância com o novo quadro social, pode realizar essa finalidade. Essa escola deve ter a preocupação pelo futuro da criança, tanto em relação à criança, como indivíduo, quanto em relação às necessidades e

possibilidades econômicas do meio em que ela deve viver (LOURENÇO FILHO, 1931a ou b, p.5).

Portanto, Lourenço Filho (1931a ou b) aproxima dois campos complementares: o da criança como indivíduo e como ser social. Essa ideia de projeto renovador encontra-se explicitamente construída no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento originado entre os educadores participantes da IV Conferência Nacional de Educação, realizada em fins de 1931 (AZEVEDO, 1958).

Dentre vários pontos levantados pelos Pioneiros da Educação Nova, podem ser ressaltados alguns inovadores e de grande contribuição. O primeiro deles se refere à própria caracterização da educação brasileira. Os pioneiros eram a favor de uma educação pública, gratuita, laica e obrigatória. Isto quer dizer que o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família. O Estado, para este fim, deveria proporcionar uma escola de qualidade e gratuita, possibilitando, assim, a materialização do direito biológico dos indivíduos à educação e, tendo em vista os interesses dos indivíduos em formação e a necessidade de progresso, considerando que esta educação deva ter caráter obrigatório.

O Manifesto dos Pioneiros ressalta relação entre distintos níveis da educação entre si, e destes níveis com o nível de desenvolvimento psicobiológico dos alunos, como também pela relação entre a escola, o trabalho e a vida: entre a teoria e a prática, em favor do progresso. A principal crítica a respeito da educação brasileira daquele momento é de que se compunha de um ensino dividido, sem ligação entre os diversos ensinamentos e deles com o mundo.

Em suma, o Manifesto de 1932, divulgou os ideais da escola renovada, contribuindo para a formação de uma nova consciência sobre educação relativa ao papel do Estado na educação, à necessidade de crescimento da escola pública, ao direito de todos à educação e à exigência de uma política “nacional” de educação, na qual a União executasse o papel coordenador, orientador no desenvolvimento do ensino em todo país.

No entanto, com o golpe de estado de 1937, os profissionais que trabalharam na imprensa novamente passaram a serem torturados e a liberdade de imprensa suprimida. O Estado passou a dominar mais de perto o que era publicado nos jornais, já que, por meio de uma carta constitucional, tornou a imprensa um serviço público, tornando-a sujeita ao controle estatal. Porém, em 1939, o governo mostrou

novamente o seu poder e criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O objetivo do DIP era censurar toda a produção jornalística, cultural e de entretenimento, produzir conteúdos, controlar o abastecimento de papel, os profissionais de imprensa eram vigiados pela polícia, os jornais eram subordinados à censura.

Em virtude dos fatos mencionados, é possível salientar que, além de se constituírem em fontes privilegiadas ao pesquisador, os jornais também podem ser vislumbrados como agentes da própria história. É impossível não relacionar a história da imprensa no Brasil e na Paraíba às transformações políticas e sociais verificadas no país do decorrer do tempo.

Por fim, no início do século XX, com a industrialização crescente, houve uma busca na criação de uma nova cultura. Neste período houve novas propostas para vários segmentos como: design, literatura, artes plásticas, organização social, vida cotidiana, educação.

Pode-se dizer que a ideia de modernidade foi intensa e proporcionou o diálogo entre o “ultrapassado” e a necessidade do “novo”, resultando em inovações. Logo, o ser moderno, no início do século XX, significou estar aberto a novos diálogos entre as necessidades do novo e antigo; foi guardar as experiências passadas e se projetar para as novas. A modernidade proporcionou avanços, devido à dedicação ao trabalho, que o mundo capitalista e industrial do início do século XX exigiu, todos foram levados a uma vida mais prática.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR MEIO DOS ANÚNCIOS

3.1 A SOCIEDADE PARAIBANA NO E POR MEIO DOS ANÚNCIOS

O jornal é considerado um espaço de socialização entre pares, de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros, local privilegiado para a exposição de valores e ideias. Era comum as pessoas escreverem na imprensa para agradecer, comunicar, criticar, reclamar, solicitar, ordenar, elogiar, opinar, vender, comprar, trocar etc. Desta forma, os anúncios nos jornais são destinados a todos os leitores interessados em vender, comprar e trocar.

Em relação à linguagem “publicitária”, Martins (1997, p. 31) apresenta algumas fases, entre elas, destacam-se duas: a primeira é a dos reclames publicados em Gazetas e Almanques. Nestas propagandas são anunciadas vendas e compras de escravos, comércio varejista, hotéis e produtos farmacêuticos. Os textos são curtos, informativos, sem ilustrações, parecidos com os classificados contemporâneos; a segunda é a dos intelectuais. A partir do início do século XX, os anúncios são elaborados por escritores, poetas, jornalistas e artistas. A importação de máquinas e de novas técnicas de impressão faz surgir as primeiras revistas ilustradas.

No Brasil, de acordo com Luca (apud PINSKY 2006, p. 137) “a chegada do século XX parecia anunciar mais do que uma simples mudança de calendário; tratava-se de adentrar em um novo tempo, que deixava para trás o passado monárquico e escravista”. A produção fabril, o progresso do setor de serviços, os avanços nas comunicações, velocidade, eficiência, mobilidade tornaram-se marcas imprescindíveis do modo de vida da população e a imprensa, toma um lugar privilegiado para a difusão de informações.

O progresso científico e tecnológico marcou o século XX. Foi o período de guerras mundiais, e também do automóvel, da indústria, da imprensa e propaganda. Uma época caracterizada pela globalização, pelas lutas dos direitos das mulheres e das minorias. A história do século pode ser compreendida como a de um embate entre a democracia liberal e a ditadura totalitária. No Brasil, a Revolução de 1930 estabeleceu um modelo de desenvolvimento industrial e urbano, abrindo a chamada Era Vargas, caracterizada pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e grande

incentivo à industrialização. O início do século XX foi uma época de mudanças e o país passou por um crescimento urbano muito rápido.

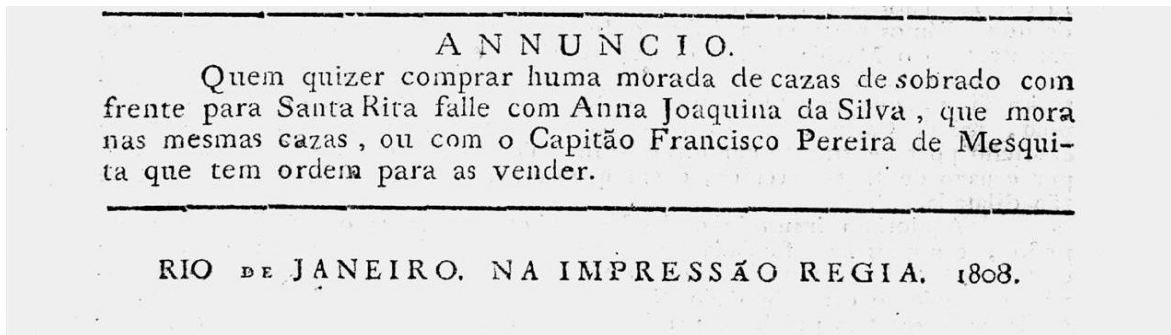
Desta forma, muitos fatores sociais colaboraram para a expansão do jornalismo, sobretudo a escolarização da sociedade e o processo de urbanização, intensificando o crescimento de futuras metrópoles. A respeito disso, Cruz (2000, p. 42) afirma que:

Seria principalmente nas últimas décadas do século XIX, surpreendida pela turbulência das transformações sociais, que a cultura letrada e a imprensa começariam decididamente a avançar para além das elites tradicionais. Nessa época, em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social.

A expansão da imprensa ainda foi impulsionada pela liberdade por meio da conquista de direitos fundamentais e da democracia como nova forma de governo. Os jornais passaram a ser reconhecidos como um meio de denunciar as mazelas e injustiças sociais, de modo que se tornaram um aliado da democracia e, a partir de então, considerado como o Quarto Poder (SODRÉ, 1999). Portanto, o jornal possuiu, de maneira geral, uma função de informar fatos corriqueiros, justamente interpretados e passados periodicamente à sociedade, com o objetivo de propagar conhecimentos e formar a opinião pública. Não se pode dizer que, no seu início, o jornal e os seus relatos eram uma ponte de comunicação para o cidadão comum, uma vez que poucos sabiam ler e/ou escrever. Mas, com a chegada do século XX, ocorre um acesso maior da população ao jornal, provocando a democratização da imprensa, tendo em vista a democratização da linguagem a partir de um maior acesso à escola.

No que diz respeito ao surgimento dos anúncios na imprensa brasileira, Carrascoza (*apud* CARVALHO, MACHADO e BASTOS, 2006) afirma que o primeiro anúncio publicado no Brasil foi datado em 1808 e referia-se à compra de casas. Para corroborar com a afirmação de Carrascoza, a próxima imagem se refere ao primeiro anúncio encontrado na *Gazeta do Rio de Janeiro*:

Figura 4 - Primeiro anúncio do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*.



Fonte: *A Gazeta do Rio de Janeiro*, sábado, 17 de setembro de 1808, n. 2, p. 4.

A partir de então, outros anúncios de caráter descritivos e informativos surgiram nas páginas dos periódicos brasileiros com assuntos diversos, tais como: comercialização de escravos, anúncios de remédios “milagrosos”, textos com nomes de pessoas inadimplentes, dentre outros. Porém, na atualidade, com o desenvolvimento da imprensa, os anúncios passaram a ter uma estrutura composicional própria, bem como uma área específica nas páginas dos jornais.

O primeiro jornal de anúncios publicado no Brasil foi o *Diário do Rio de Janeiro*, fundado em 1821. Aparece para facilitar os negócios comerciais, sendo o primeiro diário a sobreviver de anunciantes e não de assinaturas de leitores (NICOLAU, 2012, p.29).

Em relação à definição do gênero anúncio, Lima (2010) adverte que:

De maneira geral, o gênero anúncio é definido como textos impressos concernente às necessidades da sociedade para se divulgar produtos/serviços de compra e venda publicamente. É bem verdade que as necessidades aqui ressaltadas variam de acordo com a época. Nas primeiras décadas do século XIX, as necessidades divulgadas em jornais eram as básicas como moradia, educação, remédios e produtos alimentícios. Com a propagação da sociedade de consumo, os anúncios iniciaram a divulgação de itens relacionados ao conforto, ao status e aos produtos ditos supérfluos.

Percebe-se o caráter amplo desse gênero como precedente da publicidade no Brasil, ao passo que, no início do século XX, os jornais foram o principal meio de acesso dos leitores para com os conteúdos a serem comercializados. Logo, “investigados como fonte, os anúncios [do século XIX] demonstravam o que se pretendia que fosse valorizado culturalmente, e, por isso, merecia ser divulgado,

publicizado para ser consumido” (LIMEIRA, 2012, p. 378). Portanto, deve-se considerar que os periódicos se configuram como uma representação, ou seja, uma visão do mundo que não pode ser tratada como “retrato fiel da realidade” (SENA, 2014). Por conseguinte, é importante saber que “[...] um texto provém das estratégias e das intenções do autor, ou é resultado de uma decisão do editor, ou de uma exigência de oficina de impressão”. (CHARTIER, 1991, p.182). Sendo assim, o importante no uso de textos jornalísticos é atentar para a concepção de que a informação ou a notícia como um discurso jamais é neutro, como também não pode ser visto e tratado como discurso de verdade, mas sim de representação.

No final do século XIX, os anúncios passaram a ter ilustrações devido aos novos métodos fotoquímicos, quebrando a monotonia das grandes páginas dos impressos, onde era repleta de colunas de texto.

Nesse contexto, o jornal se tornou um meio de rápida ação local, regional e nacional. A forma com que chega ao seu leitor o torna um objeto de fácil acesso e ainda tem um público diário, de ser lido muitas vezes de forma rápida e sem comprometimento. Sant’anna (2002, p. 208) “destaca o jornal como um meio que permite ao anunciante fazer inserções frequentes de seu anúncio, o que torna a campanha mais intensa aos olhos”. Em antítese, o jornal possui algumas limitações como, por exemplo, a impressão. O papel utilizado em jornais não favorece fotos, ilustrações e outras imagens e, por consequência, os anúncios publicitários. Nem todos os jornais possuem boas reproduções, o que torna difícil, boa parte das vezes, notar detalhes e cores que chamariam mais a atenção e que valorizariam o produto anunciado.

Segundo Nicolau (2012), os anúncios no Brasil ganham um novo impulso com a entrada das empresas americanas e suas agências de propaganda no país. Estas imprimem uma nova estética para a publicidade e exige uma profissionalização das áreas envolvidas, como desenhistas, fotógrafos, áreas de criação e gráficas. Estes trabalhadores encontravam na imprensa atraentes possibilidades de profissionalização.

A seção que aparecia no jornal *A União* sob o título de “Annuncio” ou “Annuncios” variava de acordo com o número de anúncios, podendo estar no singular ou plural. Vale salientar que a seção de “Annuncios” não tinha periodicidade estabelecida no jornal, uma vez que aparecia tanto em números seguidos, quanto passava algumas edições para ser publicada novamente, no

entanto, quanto a sua posição, ocupava, geralmente, a última página. É possível inferir que os anúncios publicados eram pagos, contribuindo para manutenção do jornal.

Havia, também, uma parte do jornal intitulada de “Secção Livre”, onde foram encontrados alguns anúncios, a exemplo da figura seguinte:

Figura 5 – Secção Livre.



Fonte: Jornal *A União*, João Pessoa (Parahyba) Quarta-feira, 18 de janeiro de 1933, nº. 15, anno XLI, p. 7.

Os anúncios que apareceram nos jornais *A União* na primeira metade do século XX eram de vendas dos produtos e serviços comercializados da época. Algumas propagandas da década de 1930 eram formadas por pequenos textos sem ilustração na página de “anúncios”, os quais ofereciam seus produtos e/ou serviços: professor de português e arithmetica; casa a venda ou para alugar. Estes se apresentavam com textos curtos, informativos e sem ilustrações, conforme pode se verificar a seguir:

Figura 6 – Anúncios.

ANNUNCIOS

EXAMES DE ADMISSAO — João Vinagre — Avisa aos interessados que prepara alumnos a exames de admissoão ao Lyceu e Escola Normal. Lecciona, tambem, portuguez e arithmetica.
Residencia — Rua 13 de Maio, 54.

PRECISA-SE DE UM DACTYLOGRAPHO — Paga-se bem, exigindo-se apenas que o mesmo procure a Escola Underwood, rua Barão da Passagem, 354 e, frequentando os seus modernos cursos, obtenha o seu diploma que será legalmente conferido pela Underwood Stard Typewriter. Solicitae agora mesmo a vossa matricula.
Tempo é dinheiro !

VENDE-SE — A casa n. 325, á avenida Capitão José Pessão, com accomodações para grande familia e quintal com diversas fructeiras. A tratar na mesma.

PARA o tratamento da syphilis, annunciam-se muitas drogas: pillulas, comprimidos, xaropes, elixires, os quaes têm feito a fortuna (triste fortuna) de muito fabricantes e a desgraça de muitos milhares de incautos, os quaes, felizmente, hoje já não ignoram que o unico remedio scientifico, receitado por medicos, é o GALENOGAL. N.º. 31 M.

Ama para menino

Precisa-se de uua, á rua 7 de Setembro, 291 — (Tambá).

Fonte: Jornal *A União*, Quinta – feira, 9 de janeiro de 1930, p. 4.

É importante ressaltar, a partir do anúncio do professor João Vinagre, que até o final da década de 1960, o ensino secundário brasileiro foi constituído, em cada período histórico, predominantemente de exames parcelados, destinados à elite brasileira. Após a chamada Reforma Francisco Campos é instituída a seriação para todo o curso secundário oferecido no País. Mais precisamente, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário: Decreto-Lei 4.244 de nove de abril de 1942, é organizado o curso secundário, composto de um primeiro ciclo, com quatro (4) séries, denominado de Ginásial, e de um segundo ciclo, composto pelo curso Clássico ou Científico, para uma opção ou para outra, de três (3) séries. Para a admissão no curso secundário, o aluno devia prestar um exame de admissão.

Na primeira metade do século XX, há a presença também de diversos anúncios de cafés, alfaiatarias, chapelarias, bebidas finas, remédios e de lojas de comerciantes locais, no qual alguns já tinham a intenção de convencer ou persuadir o consumidor. Abaixo seguem algumas imagens de anúncios² provenientes do jornal paraibano *A União*, que retratam alguns anúncios de 1930.

² Neste trabalho, ao transcrever as citações das fontes consultadas, decidiu-se conservá-las em sua grafia original, com o objetivo de preservar totalmente seu significado.

Figura 7 - Anúncios 1.

**OS CIGARROS
DOIS AMIGOS
NÃO TÊM RIVAL
EXPERIMENTEM**

<p>Alfaiataria do Norte Rua Maciel Pinheiro, 97 Cortadores: Ferreira de Mello e J. Eduardo de Hollanda. Confecções civis, militares e eclesiásticas.</p>	<p>Pires & Salles Armazem de miudezas em geral VENDAS POR ATACADO Telegr. PIRSALLES Rua Maciel Pinheiro, 123.</p>
<p>CASA DE LOURDES <i>Joda Serrano de Andrade</i> Fábrica de velas e artigos funebres e religiosos. Rua Oama e Mello, n.º 135</p>	<p>Rua Maciel Pinheiro, 303 — PIAUENSE Jose Justino Filho Despachante estadual — Comissões, Representações, Comissões e Contas próprias.</p>
<p>Usem "GONOPIRINA" Cura infalível da BLENORRHOIA em pouco tempo. <i>Vende-se em toda pharmacia.</i></p>	<p>FARINHA LACTEA NESTLÉ</p>
<p>GENEIRA? Só de Guimarães A melhor e a mais preferida MOVELARIA E SERRARIA Executam-se moveis de fino gosto e alto luxo Guimarães & Irmão Praça Alvaro Machado, 36.</p>	<p>O. Pessoa & Barros Agencia CHEVROLET Distribuidores dos productos da "GOODYEAR" Sub-agentes da THE TEXAS & Co.</p>

Fonte: Anúncio do *Jornal A União*, quinta-feira, 09 de janeiro de 1930.
Acervo: Arquivo do *Jornal A União*.

No Brasil oitocentista, as práticas de leitura, de alguma maneira, caminhavam em moldes europeus, porém a questão brasileira foi mais complexa, devido as dificuldades históricas do meio. Foi no século XIX brasileiro que se desenhou um público leitor, aí se estabeleceram padrões de produção e recepção do texto literário. O artista desse desenho não foi o escritor de romances ou poemas, foi, sim, o editor de jornais e revistas, o desenhista, o tipógrafo, foi o cronista, que ocupava a seção de folhetim variedades. Os dispositivos tipográficos têm, segundo Chartier (1996, p.98), "tanta importância [...], pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto".

O analfabetismo é histórico e apenas em 1808, o Brasil conquistou o direito de contar, oficialmente, com tipografias, direito este que, nos sendo negado nos séculos anteriores, reduziu nossas letras impressas à marginalidade.

Em tal contexto, a decifração do escrito não seria a única forma de leitura, isto é, produzir sentido para imagens visuais é, também, ler. Assim, o uso de imagens impressas pode ter sido uma estratégia de formação de hábitos de consumo de jornais, conforme imagem a seguir:

Figura 8 - Anúncios 2.



Fonte: Anúncio do *Jornal A União*, quinta-feira, 09 de janeiro de 1930.
 Acervo: Arquivo do *Jornal A União*.

ELIXIR BRASIL

Na lucta pela VIDA só aquelle que tem saúde vence.

- E porque?

- Porque o SANGUE é a origem da VIDA.

O individuo anêmico é vencido.

- E como vencer na VIDA?

- Tomando o Depurativo do Sangue **ELIXIR BRASIL.**

Figura 9: Pó de arroz

Fonte: Jornal *A União*, quinta-feira, 09 de janeiro de 1930.

Observa-se que alguns dos anúncios apresentados na Figura 7 apenas descrevem os informes básicos, como: o que é o produto, para que serve e onde se vende. Já outras propagandas, ainda exibidas na Figura 7 e nas Figuras 8 e 9 evidenciam que os anúncios procuram ser criativos com ilustrações, letras maiúsculas e utilizam uma linguagem com intenção de persuadir com suas adjetivações e superlativos, tais como: “é o melhor”, “superior aos estrangeiros”, “cura infalível”, “o mais preferido” etc.

O jornal *A União*, por ser um impresso diário, apresentava muitos anúncios repetidos. Os anúncios de educação, na maioria das vezes, apareciam com letras pequenas, e geralmente, em um espaço no final das páginas. Havia aqueles, que quando queriam desempenhar uma função valorativa dos serviços prestados, apareciam com letras maiúsculas, em negrito e anunciados por meio de palavras interjetivas, adjetivos, frases exclamativas ou ocupando uma coluna inteira como mostram os dois anúncios abaixo, respectivamente:

Figura 10 - Collegio Diocesano Pio X.



Fonte: *A União* – Domingo, 14 de janeiro de 1930, nº: 15, p. 4.

Há casos em que não se menciona o verbo “vender” como, por exemplo, nos anúncios de escolas, esse verbo fica subentendido. Essa ausência representa os primeiros passos para se alcançar a objetividade que se busca nos anúncios do século XX. Entretanto, o anúncio a seguir confirma essa ausência, introduzindo outros verbos (“educar”, “fazendo-as”, “dar-lhes”, “possúe”, “adoptou”, “reformou”, “ampliou”,...), que auxiliam na construção do enunciado no que se refere à qualidade e à aceitação do serviço que é exposto como o melhor, o mais indicado e mais grandioso.

Figura 11 - Anuncios Collegio Anglo-Americano.

ANNUNCIOS

Collegio Anglo-Americano

British American School

Internato Externato Feminino

Este collegio é organizado nos moldes dos grandes e modernos institutos de educação norte-americanos, baseados no principio de educar physicamente as meninas, fazendo-as fortes e sadias, e, ao mesmo tempo, dar-lhes uma efficiente educação geral, completada por uma solida e pratica educação profissional.

O Collegio Anglo Americano possui o mais grandioso gymnasio da America do Sul e que constitue uma soberba obra de arte de engenharia; na sua área de 700 ms,2 de superficie, sem uma só columna interna e com um arrojado arco frontal de 35 metros, encontram-se todos osapparelhos de gymnastica sueca, isto é, 36 espalieras, 4 barras, 30 cordas, o quadro sueco, as perchas moveis, as escadas moveis e de cordas, o buck, o cavallo, as rodas aereas, etc., podendo-se nelle realizar, de dia ou de noite, com bom ou máo tempo, os jogos de basket-ball, volley-ball, hand-ball, tennis, etc. Contigua, acha-se a grande piscina com 600 ms,2 de superficie, a mais ampla, elegante e completa do Rio de Janeiro, toda revestida, inter-

mais ampla, elegante e completa do Rio de Janeiro, toda revestida, interna e externamente, de azulejos e com profundidade gradativa de 0m,70 até 3m,00, podendo deste modo servir aos pequenos e aos grandes, aos que sabem e não sabem nadar, e sendo dotada de water-shoot, 5 trampolins, 3 pranchas, dispondo de agua doce ou salgada, cooperando poderosamente para o desenvolvimento physico das alumnas, como o reconheceram as maiores notabilidades medicas da Capital Federal.

pital Federal.

Para os fins hygienicos, foi construido o Edificio Sanitario, com 30 cabines para banho, 30 water-closets modelos, com bebedouros americanos, vindos especialmente de New-York que distribuem aos alumnos agua já filtrada e convenientemente refrigerada.

Para a educação intellectual o Collegio adoptou, reformou e ampliou o palacio que outr'ora foi a residencia dos barões de Alegrete e São Joaquim, os seus grandes e magnificos salões, destinando-os exclusivamente para o ensino. Os 52 professores do estabelecimento constituem o brilhantissimo Corpo Docente que todos admiram e que é o feliz resultado duma constante e severa selecção durante os 11 annos de vida da instituição. Em todas as classes, mesmo primarias, além das materias de cultura geral, é obrigatorio o ensino theorico e sobretudo pratico do inglez e do francez, e, para as alumnas maiores, da economia domestica, como costura, bordado, cozinha, do governo da casa, sendo facultativo o de dança classica, de caracter e de salão, de piano, de violino, etc.

A educação primaria e geral é completada com a educação profissional á guiza do que estão fazendo os grandes collegios femininos americanos (High School), onde, mesmo as filhas dos grandes magnatas da finança, recebem uma solida cultura profissional. E dest'arte o Collegio habilita as alumnas a falarem correcta e fluentemente o inglez e o francez, a tachy-dactylographar e tomar o encargo da correspondencia commercial em taes idiomas e, naturalmente, em portuguez, a conhecer a contabilidade, o calculo, etc., e estarem sempre em condição, em qualquer emergencia, de poderem ganhar honestamente a propria existencia. — E' no Collegio Anglo-Americano que as grandes empresas e companhias americanas estabelecidas ou que vão se fundando no Brasil sollicitam continuamente alumnas formadas no Curso Commercial, para os logares de secretarias, correspondentes, etc., com ordenados muito animadores, e com tal insistencia que a Directoria não póde muitas vezes satisfazer os pedidos.

O Collegio Anglo Americano é de propriedade exclusiva dos directores que são bons catholicos e que não recebem subsidios nem obedecem a direcção de outrem que das escolas fazem um meio para a propaganda protestante ou de outras religiões.

Para informações, prospectos e matriculas, dirigir-se á directoria do Collegio, Praia de Botafogo, 374 — Rio de Janeiro.

Fonte: Jornal *A União* – Sábado, 18 de janeiro de 1930, nº 14, p. 7.

Fica evidente, no anúncio do Colégio Anglo-Americano, que educação dos corpos era algo fundamental para uma educação de qualidade, uma vez que nas primeiras linhas do anúncio afirma ser “baseado em educar physicamente as

meninas” [...]. Segundo Foucault (1987), um corpo é dócil quando pode ser submetido, pode ser utilizado, transformado e aperfeiçoado. Portanto, o adestramento do corpo é socialmente útil e torna os indivíduos produtivos, evitando a desordem.

O Colégio Anglo-Americano foi fundado em 1919, pela educadora inglesa Margareth Coney, com a finalidade principal de atender às colônias inglesa e americana radicadas na então Capital da República, a Cidade do Rio de Janeiro. Ainda que fosse uma escola legalmente brasileira, havia forte predominância da língua inglesa em suas atividades escolares, o que facilitava a comunicação entre os estrangeiros e levavam brasileiros a se tornarem fluentes nesse idioma.

Em dezembro de 1930, passados apenas dois meses da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, seu governo promoveu a primeira medida de caráter restritivo em relação à entrada de estrangeiros em território nacional. Com o Decreto nº 19.482, o ingresso no país ficou restrito aos estrangeiros já domiciliados no Brasil e que viajavam ao exterior, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos portadores de “bilhetes de chamada”, e a estrangeiros agricultores, agrupados em famílias.

O decreto incluía ainda o que ficou conhecido como a “Lei dos 2/3”, segundo a qual empresas, associações, companhias e firmas comerciais deveriam apresentar, entre seus empregados, pelo menos dois terços de brasileiros natos. Na falta destes, a prioridade seria para os naturalizados e, por último, para os estrangeiros. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. In: *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930*, Atos da Junta Governativa Provisória e do Governo Provisório (outubro a dezembro).

A partir de então, teve início um acirrado debate na Assembleia Constituinte sobre a política imigratória nacional. Com isso, o artigo proposto ficou assim redigido:

Art. – Compete à lei federal regular a entrada de estrangeiros no país, estabelecendo as condições individuais do seu ingresso e favorecendo ou limitando as correntes imigratórias que forem julgadas úteis ou nocivas ao aperfeiçoamento da raça ou a outros interesses da nação.

Com o advento da 2ª Guerra Mundial, o Governo Federal proibiu a manutenção de nomes estrangeiros em instituições de ensino, o que obrigou a

direção do colégio a alterar a designação original de British American School, para Colégio Anglo-Americano.

Dessa forma, foi possível apresentar os anúncios pesquisados nos jornais, verificando que alguns anúncios se restringiam a publicar informações básicas, como também havia anúncios com a intenção de convencer ou persuadir o consumidor. Foi possível também apresentar a organização dos anúncios na publicação do impresso.

3.2 ANÚNCIOS NA IMPRENSA: UMA REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARAIBANA

A direção nesse capítulo é apresentar o anúncio, gerado numa esfera específica: o jornal na primeira metade do século XX, da Paraíba. Sendo assim, a participação da imprensa para confirmar a posição das instituições sociais responsáveis pela determinação comportamental das pessoas, como Igreja e Estado, por exemplo, ocorria porque “o jornal era instrumento das classes dominantes e por excelência dependente, e de veracidade duvidosa tanto em relação ao seu conteúdo quanto a sua objetividade, [...]” (LUCA, 2005, p.116).

Nesta direção, é possível verificar as estratégias de linguagem para determinada comunidade de leitores, pois os anúncios de educação tinham um público alvo, tais como pais de alunos. Cabia a estes serem convencidos da propaganda para matricular seus filhos nas escolas propagadas pela imprensa.

Figura 12 - Anúncio de instituição pernambucana.

Instituto Pernambucano

Fundado em 1890

pelo DR. VIRGINIO MARQUES

Acceita alumnos internos, semi-internos e externos.
Ensino segundo os methodos da pedagogia moderna
e de accordo com o programma do Gymnasio Nacional.

Aulas de Musica e Gymnastica

CORPO DOCENTE ESCOLHIDO

Palacete do extinto Club Carlos Gomes—RUA DA AURORA N. 71

O DIRECTOR

Bacharel CANDIDO DUARTE.

Fonte: Jornal *A União*. Domingo 7 de fevereiro de 1904. ANNO XII – N. 23.

Na propaganda acima, a instituição de ensino destacava o corpo docente, pois, ao afirmar que “CORPO DOCENTE ESCOLHIDO” (destacado em letras maiúsculas) compreende-se que a instituição exaltava a importância de possuir, em seu quadro, profissionais altamente capacitados. Além do mais, “a educação do povo, vista como requisito fundamental da ordem e progresso estaria indissoluvelmente ligada à vitalidade das instituições” (NASCIMENTO, 1997, p. 44). Assim, os docentes tornavam-se um diferencial mercadológico largamente utilizado pelas instituições de ensino, que propagavam e ajudavam a construir, através dos anúncios, uma imagem de profissionalismo para as instituições e para os docentes.

No Instituto Pernambucano é perceptível, ainda, a presença de um regime interno, semi-interno e externo. Entende-se que os alunos internos permanecem na instituição e só saem no período de férias. Os semi-internos seriam os que passam todo o dia na unidade e voltam para casa à noite. E os externos frequentam apenas a escola.

Entende-se também que o fato de existir um anúncio de outro Estado, em um jornal paraibano, é o fato da população paraibana se deslocar da própria terra para terminar os estudos em outros Estados, uma vez que naquela época não havia um curso completo que possibilitasse a conclusão dos estudos da elite.

Por meio dos anúncios, a titulação dos professores também se tornava um elemento fundamental para exaltar ainda mais as aulas oferecidas e passar ao leitor mais credibilidade ao que estava sendo oferecido. Esta afirmação se torna explícita em outro anúncio representado no exemplo abaixo, onde anuncia o curso Franco-Brasileiro do Diretor professor Celestin Marius Malzac que era também Consul da França no Estado da Paraíba:

Figura 13 - Curso Franco-Brasileiro.



Fonte: Jornal A União. Terça - feira, 2 de fevereiro de 1926.
 ANNO XXXV -26, p. 6.

Pode ser observada no anúncio do curso Franco-Brasileiro a influência dos padrões europeus e a presença de escolas particulares que usavam como tática de associação da clientela, a origem europeia de seus professores. Vale ressaltar o fato de que o curso recebia o nome de seus fundadores exaltando a figura destes, e ao mesmo tempo, firmando o seu compromisso de qualidade de ensino para com a comunidade.

Todavia, com o início dos anos 1930, o governo de Getúlio Vargas foi identificado como rigoroso em criar restrições à entrada de imigrantes e em provocar políticas de nacionalização que atingiram as populações de origem ou de ascendência estrangeira no país. Sendo assim, o “Governo Federal proibiu a manutenção de nomes estrangeiros em instituições de ensino”³. Diante, desta afirmação, nos anúncios pesquisados, pode ser visto que o anúncio que se refere ao curso franco-brasileiro foi perdendo a exaltação do professor, para reafirmar a qualidade dos cursos oferecidos, limitando-se apenas em indicar os cursos oferecidos, os turnos de funcionamento e a localidade. Como mostra o próximo anúncio:

Figura 14 - Curso Franco Brasileiro.

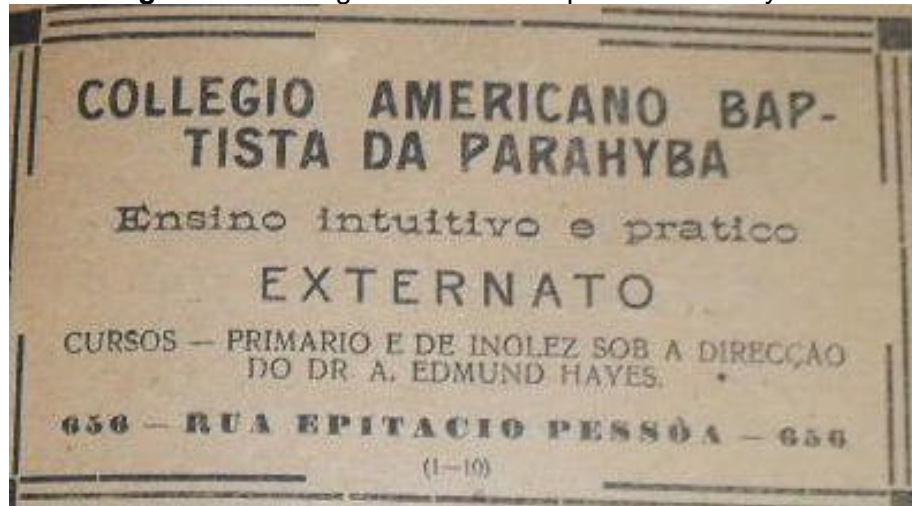


Fonte: A União - João Pessoa – Terça-feira, 12 de janeiro de 1937, Anno XLIV, nº 298, p. 6. (2º secção).

³ Informações do site Anglo-Americano: Grupo educacional. Ver site: <http://www.angloamericano.edu.br/?page_id=8>.

Além do Instituto Pernambucano, pode ser visualizado, que a pedagogia moderna também estava presente nos métodos pedagógicos paraibanos, no início do século XX, no anúncio que data do ano 1926:

Figura 15 - Collegio Americano Baptista da Parahyba.



Fonte: Jornal *A União*. Sexta-feira, 12 de fevereiro de 1926.
ANNO XXXV – N. 35, p.5.

Fica evidente que, além de edifícios, outras inovações aliaram-se à realidade da pedagogia moderna que se propagava, quais foram: mobília, o quadro negro, o material escolar, o método intuitivo ou lições de coisas, que previa o uso de mapas, gabinetes, laboratórios, globos, figuras, dentre outros, para facilitar o progresso das aprendizagens dos alunos. “É certo que o método intuitivo foi uma marca indelével do ensino proposto [...], e constantemente utilizada como forma de convencimento para essa moderna pedagogia que se tornava uma realidade”. (BENCOSTA apud STEPHANOU, 2005, p.71).

O método intuitivo, conhecido como *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficácia do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. O método de ensino intuitivo, em contraposição ao ensino livresco, parte da premissa de que toda educação deve começar pela educação dos sentidos.

3.3 POR UMA MODERNA PEDAGOGIA: DISCUTINDO O PÚBLICO E O PRIVADO

No final do século XIX, foram pensadas diversas formas para a modernização e, por sua vez, a educação se firmava como o caminho mais provável para um desenvolvimento positivo no ensino brasileiro. Havia críticas, tais como: número reduzido de escolas, professores sem habilitação, método de ensino ineficiente, prédios sem higiene etc. Nesse ínterim, foram realizados diagnósticos sobre a educação e propostas para mudar a situação criticada.

Dessa forma, foram encontradas propostas produzidas por Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa, que ajudou a compreender alguns debates sobre o futuro educacional brasileiro e, mais especificamente, o significado adquirido pelo método de ensino intuitivo. Segundo Valdemarim apud Castro (2010, p. 17), “Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa contribuíram para a construção do sentido adquirido pelo método de ensino intuitivo na cultura escolar brasileira”.

Leôncio de Carvalho legislou no sentido de ampliar a atuação da iniciativa privada, sem, no entanto, dispensar a ajuda do Estado e, para tanto, estabeleceu incentivos às escolas particulares. O objetivo do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (BRASIL, 1942) foi criar mecanismos legais para expansão do número de escolas, dada as condições precárias existentes e, dessa forma, foi priorizada a atuação da iniciativa privada, derrubando entraves que a submetiam às normas do Estado.

Este decreto faz entender o fato de ter anúncios de escolas particulares em grande quantidade no jornal, nas primeiras décadas do século XX. O decreto apontou a liberdade de ensino, incentivando a abertura de escolas particulares, inclusive, construindo-as como modelo para a atuação do Estado. Por sua vez, a imprensa, por intermédio dos anúncios, foi um importante meio de comunicação para a propagação e expansão das escolas particulares e da moderna pedagogia.

Quanto ao ensino primário, o Decreto determinou sua obrigatoriedade no município da Corte para alunos de ambos os sexos. Na Paraíba, a imagem abaixo, pode-se ver a presença de alunos de ambos os sexos, em uma mesma escola, na década de 1920.

Figura 16 - Escola Baptista Adrião Bernardes.

ANNUNCIOS

ESCOLA BAPTISTA
Adrião Bernardes

Esta escola primaria, que está sob a competente direcção dos professores João Daniel do Nascimento e d. Rosalia do Nascimento, recebe alumnos de ambos os sexos e de todas as edades. As condições são commodas e accessíveis a qualquer familia pobre. O fim que inspira os seus dirigentes é educar e ajudar o alumno na formação do character.

Também funciona no predio da mesma escola—Rua Maciel Pinheiro 721—o curso noturno de inglês, português e arithmetica sob os auspícios do conhecido professor Oséas Silveira. Vinde e matriculae vossos

filhos numa escola que instrue e educa!

Rua Maciel Pinheiro 721—
Parahyba.

(11—15)

Marcilia Vieira, diplomada pela Escola Normal desta cidade, lecciona as materias do curso primario e ensina bordar á machina.
Rua Philipéa n. 102.

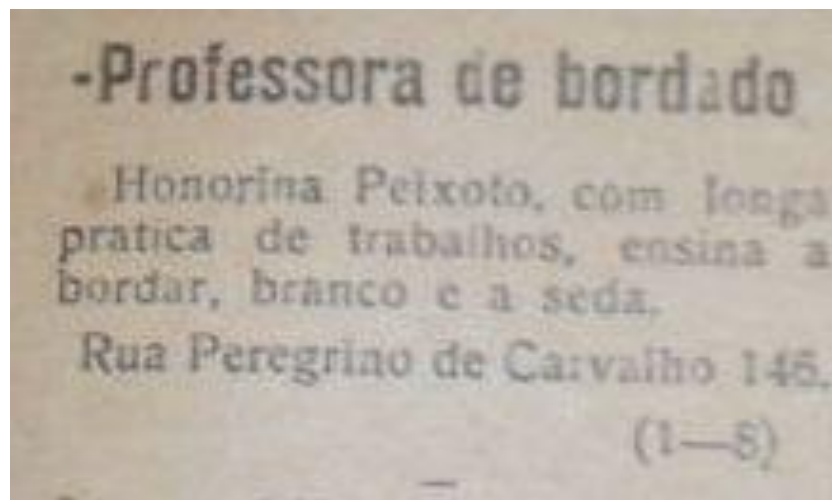
(20—30)

Fonte: Jornal *A União*. Sexta - feira, 12 de fevereiro de 1926.
ANNO XXXV – N. 35, p.4.

A partir do anúncio da Escola Baptista é possível inferir que o contexto republicano revela uma importância dada à formação do caráter de seus alunos, mostra ainda a preocupação em uma educação acessível à população da classe mais baixa.

Nessa direção, é possível conhecer algumas características do currículo escolar nos primeiros anos da República, compreendendo que havia educação para ambos os sexos, ao mesmo tempo em que havia diferenças no currículo, para ambos. No caso da professora apresentada no próximo anúncio, o ensino se realizava em casa. Podemos compreender que as prendas domésticas se aprendiam em casa, mas, de acordo com o Decreto apresentado por Leôncio de Carvalho, também se aprendia na escola:

Figura 17 - Professora de bordado.



Fonte: Jornal *A União*. Quinta - feira, 4 de fevereiro de 1926. ANNO XXXV – N. 28, p.2.

O Decreto em seu artigo 4º estabelecia um curso composto por dois graus, de dois anos cada um, para meninos e meninas de 7 a 14 anos que deveriam progredir com os seguintes conteúdos: instrução moral; instrução religiosa (facultativa); leitura; escrita; noções de cousas; noções essenciais de gramática; princípios elementares de aritmética, sistema legal de pesos e medidas; noções de história e geografia do Brasil; elementos de desenho linear; rudimentos de música, com exercícios de solfejo e canto; ginástica e costura simples (para as meninas). O segundo grau do curso primário daria continuidade às disciplinas cursadas no primeiro grau, acrescidas das seguintes: princípios elementares de álgebra e geometria; noções de física, química e história natural, com explicação sucinta da organização política do Império; noções de lavoura e horticultura; noções de economia social (para os meninos); noções de economia doméstica (para as meninas); prática manual de ofícios (para os meninos); trabalhos de agulhas (para as meninas).

Em contraposição, Rui Barbosa discorda do Decreto do Ministro Leôncio de Carvalho, por este atribuir importância na iniciativa privada. Para ele, o Estado não deve fugir da tarefa de promover a cultura e a educação. Nos pareceres de Rui Barbosa, ele desenvolveu argumentação detalhada com o intuito de apresentar a necessidade de uma instrução obrigatória, leiga, gratuita, pautada pela liberdade de expressão e promovida pelo Estado. Simultaneamente à produção de pareceres, Rui Barbosa conheceu o manual didático produzido por Norman Allison Calkins destinado à orientação de professores para a aplicação do método de ensino intuitivo.

Então, propõe o método de ensino intuitivo ou lições de coisas. Neste método, há a intuição sensível que é considerada a primeira etapa do método, conhecida no primário e nos jardins da infância, sob a denominação de lições de coisas. Consiste em ensinar as crianças a observar, ver, sentir, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, para depois conhecer. A segunda fase é a intuição intelectual, que se baseia no desenvolvimento da inteligência, por intermédio do raciocínio, da abstração e reflexão, ultrapassando a intuição sensível. Por fim, seria a intuição moral, fundamentando-se em educar criança quanto aos aspectos morais e sociais.

O ensino público, gratuito, obrigatório e leigo eram questões tratadas pelos políticos e sociedade em geral como necessidade de superar os anos de atraso. A escola, por sua vez, tem um papel de superação, a vista ao progresso (questão econômica) e de controle da subversão (questão social), tanto que as reformas do Ensino Secundário e Superior foram mais significativas do que o Ensino Primário.

O sistema público de educação, que Nagle (2001) categorizou como entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, visava não apenas a oferta do ensino, mas também fazê-lo com qualidade. Segundo o autor, o movimento educacional do entusiasmo pela educação, caracterizava, pela “[...] crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (NAGLE, 2001, p. 134).

O outro movimento, o otimismo pedagógico, fundamenta-se “[...], na crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)” (NAGLE, 2001, p. 134).

A necessidade de expandir o ensino primário, mesmo que feito timidamente, como à importância atribuída à educação pela modernidade, coloca em pauta a preocupação com a formação daqueles discriminados: a mulher, a criança, o negro, o pobre etc.

A modernidade disseminava o ideal de um homem novo para uma nova sociedade, aspirando, para isso, à instrução da população analfabeta com intuito de qualificá-la para as novas exigências do mercado. Dessa forma, a modernidade marca o tempo de formação do indivíduo para as transformações sociais.

A modernidade trouxe consigo o Liberalismo. Podemos defini-lo como um largo conjunto de atitudes políticas com existência na idade moderna, ou como uma corrente do pensamento europeu, ou ainda como uma doutrina. (BOBBIO, 1986, p. 687). Ele se manifesta de forma contraditória, pois considera importante a formação do cidadão para a construção da sociedade, ao passo que considera fundamental a formação de mão-de-obra, sem a qual inviabilizaria o aumento da produção. O Liberalismo acredita que o homem tem a liberdade de escolher sua vida e o Estado não pode negá-la.

O final do século XIX e o início do século XX constituem um contexto marcado por inovações tecnológicas diversas, com o progresso da Medicina e de outras ciências. Prometia-se vida mais longa para um maior número de pessoas. Mas os avanços da indústria de guerra chocavam o mundo, perplexo diante de idas e vindas: ora era a ciência para a vida, ora para a morte. Educadores também procuraram incorporar ideias e técnicas que tornassem o processo educacional mais eficaz e mais realizador para o ser humano.

Durante a Primeira República, o modelo formulado e propagado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo, aspectos como a construção de prédios considerados adequados para a finalidade educativa, o trabalho escolar baseado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo, a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola, a racionalização dos tempos escolares, o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros.

Tendo como parâmetro a escola urbana, moderna e complexa, os grupos escolares foram instalados em diversas cidades de diferentes Estados do país, em prédios especialmente construídos para abrigá-los, adotando, de forma equivalente

ao caso da capital paulista, uma arquitetura monumental e edificante, que colocava a escola primária à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para disseminar o regime republicano, seus signos e ritos.

Além do luxo dos edifícios escolares, a organização administrativa e didático-pedagógica desses estabelecimentos de ensino era considerada, pelos reformadores, como superior à das escolas unitárias (escolas isoladas), o que lhes conferia visibilidade pública e prestígio social. Pode-se dizer, assim como Vidal (2006), que os grupos escolares consolidaram no país a representação do ideal da escola pública elementar, assumindo a posição de uma escola de verdade. Esse mesmo estudo apresenta, entre os estados brasileiros que buscaram implantar essa escola primária, em diferentes momentos da Primeira República: Rio de Janeiro, em 1897; Maranhão e Paraná, em 1903; Minas Gerais, em 1906; Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina, em 1908; Mato Grosso, em 1910; Sergipe, em 1911; Paraíba em 1916; Goiás, 1921; e Piauí, em 1922.

Na concepção moderna, em 1934, foi promulgada a primeira Constituição da República Velha. O direito à educação gratuita aparece pela primeira vez nesta constituição.

A primeira iniciativa da Revolução de 30, no campo da educação, foi a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados. A Constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, estabelecendo pontos relevantes, como educação um direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral; gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados, entre outras. A burocratização foi tanta que esqueceram o aspecto pedagógico.

Como a Constituição de 1891 (art. 72 § 24) garantia o “livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”, isso dava aos particulares o direito de se dedicarem à educação. A Constituição de 1934 também garantia aos particulares ministrarem o ensino. Assim, a liberdade de ensino por parte de particulares passa a figurar expressamente como preceito constitucional. Esta constituição abriu espaço à independência de opinião e livre manifestação de pensamento, além da liberdade de ensino.

De modo geral, ficou explícito que, nos primeiros anos do século XX, o Estado da Paraíba desenvolveu uma educação voltada para a criação de estabelecimentos particulares que adotaram os processos intuitivos para a formação de seus alunos,

com métodos caracterizadores da inovação ou de uma moderna pedagogia. Diante de algumas contraposições, pode-se dizer que a difusão da modernidade pedagógica decorreu de condições propostas anteriormente por Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa.

4 ENTRE OS ANÚNCIOS, EDITAIS: LYCEU PARAHYBANO E ESCOLA NORMAL (1926)

4.1 “INSCRIÇÕES E MATRICULAS”: CARACTERÍSTICAS DE UM EDITAL COMO ANÚNCIO

No decorrer da década de 1920, o republicanismo oligárquico e a política do café-com-leite que caracterizava o poder político das oligarquias cafeicultoras entraram em crise. Essa crise foi uma consequência da divisão das classes dominantes que contrariavam quanto às diretrizes da política governamental.

Neste ínterim, as oligarquias cafeicultoras que controlavam o aparelho de Estado e o Governo Federal enfrentaram oposição política por parte das oligarquias tradicionais e da burguesia industrial. Por outro lado, as instituições republicanas começaram a perder legitimidade diante do crescente descontentamento dos grupos sociais urbanos e dos movimentos de revolta armada.

O crescimento do setor fabril no Brasil provocou a formação de uma burguesia industrial. Ela se transformou numa poderosa classe social com influência e força econômicas fundamentais para exigir do Estado uma política que atendesse aos seus interesses. As exigências da burguesia industrial contrariavam com os interesses das oligarquias agrárias cafeicultoras. Os industriais exigiam do governo uma política monetária, fiscal e que favorecesse o setor produtivo fabril por meio da expansão do crédito bancário. O setor agrário cafeicultor, por outro lado, direcionava a maior parte dos recursos financeiros de que o governo dispunha para serem empregados na política de valorização do café.

É nesse contexto que foi elencado o formato de edital do ano de 1926, para análise da pesquisa, entendendo que edital é um ato escrito oficial em que há determinação, aviso, que se afixa em lugares públicos ou se anuncia na imprensa oficial ou em jornais de grande circulação, para conhecimento geral, ou de alguns interessados. Neste trabalho, o edital seria uma forma de anúncio que, por sua vez, é conceituado como mensagem criada para informar sobre características e benefícios de alguma coisa, ou ainda notícia pela qual algo é anunciado publicamente. No jornal *A União*, geralmente, os editais aparecem na mesma página dos anúncios, porém são seções diferentes, como mostra os exemplos a seguir:

Figura 18 - Edital Escola Normal e Anúncios.

EDITAL

Escola Normal

Inscrições e matrículas

Da ordem do sr. dr. director da Escola Normal da Parahyba do Norte, faço sciente aos interessados que, do dia 1 a 15 de fevereiro proximo vindouro, estarão abertas na secretaria da Escola as inscrições para os exames de admissão ao primeiro anno do curso normal, de accordo com o regulamento em vigor. Os candidatos aos referidos exames devem apresentar as suas petições de inscrição, nos dias uteis, das 11 ás 15 horas na mencionada secretaria, devendo os exames começarem no dia 18 do mez acima referido.

Do dia 1 a 25 do mesmo mez estarão abertas as matrículas nos diversos annos do curso normal e os do Grupo Escolar Modêlo. O candidato á matricula que não frequentou a Escola no anno anterior, deve instruir a sua petição com os documentos seguintes: certidão do registro civil de nascimento, ou documento publico equivalente, com que prove ter pelo menos 13 annos de idade completos e attestado medico de ter sido vacinado e não soffrer molestia infecto-contagiosa ou defeito physico, que o inhabilite para o magisterio. O candidato á matricula no Grupo Escolar Modêlo deve juntar á petição igual certidão com que prove ter pelo menos 6 annos e no maximo 14 annos de idade, e attestado medico de ter sido vacinado e de não soffrer molestia infecto-contagiosa. Os paes ou representantes do candidato, que, no anno anterior, frequentou as aulas do Grupo Escolar Modêlo, dentro dos cinco primeiros dias da matricula, devem fazer declaração na secretaria se desejam que os seus filhos ou representantes continuem a frequentar a Escola, durante este anno lectivo; nos cinco dias acima referidos serão matriculados os alumnos que cursaram o Grupo, durante o anno proximo passado.

Secretaria da Escola Normal da Parahyba do Norte, 16 janeiro de 1926.

O secretario

Joaquim Herculano de Figueiredo

(3-30)

ANNUNCIOS

Benedicto C. de Toledo—Lecciona portuguez e latin aos candidatos a exames de segunda epocha. Pagamento adiantado.

Rua Dr. José Peregrino, 73.

8-30

Curso Franco-Brasileiro

Dirigido pelo professor Célestin Marius Malzac

O director deste Curso avisa aos interessados que as matrículas para o curso primario estarão abertas do dia 8 a 14 de janeiro, devendo ser reanctadas as aulas no dia quinze do mesmo mez. Para auxillal-o na ardua tarefa do ensino primario, o professor Malzac contratou o joven academico *Enchules Mesquita*, já bem conhecido como optimo professor.

Cada alumno pagará 10\$000 no acto da matricula.

(Intere.)

906 rua da Republica, 906.

Nao haverá quem precise?

A fazenda «Paraiso», em Marés, va vender, por esses dias, 12 bois mansos e novos de 12 arrobas cada um. Dá preferencia a quem delles precise para trabalho, attentas as excellentes qualidades dos referidos animaes.

Negocio de occasião

Vende-se a duas leguas distantes desta capital com boa estrada para automovel, uma propriedade com uma legua de terra quadrada e toda cercada de arame, cortada por um rio permanentemente de agua doce, toda coberta de capoeiras e mata.

Casa de morada e se prestan-do para criação ou montagem de engenho de assucar, etc.

A tratar na rua da Republica n. 310.

6-13-Intere.)

Fonte: Jornal *A União*, PARAHYBA, Quinta-feira, 21 de janeiro de 1926. N. 16. Anno XXIV, p. 6.

No edital acima, é possível fazer uma distinção entre exames e provas. Ao passo que as provas são recursos elaborados pelos professores, no contato direto com os alunos, reunindo elementos oriundos da prática educacional do professor; os

exames são instrumentos com um grau de abstração maior dos alunos. Ou seja, exames de admissão, são criados para serem feitos a um público que ainda irá se tornar aluno, caso seja bem sucedido no exame realizado.

Sobre a sociedade paraibana da década de 1920, a partir de movimentos modernistas, havia uma aspiração de modernizar a estrutura da vida nacional, nos seus aspectos políticos e culturais.

Nesse período, o país inaugura a gênese do Brasil moderno com marcas de “atraso” em relação à arte, à política, à economia e à educação. Para atender o imaginário civilizado, valores como “progresso e civilização”, o país se toma de uma preocupação estética, que passa pela higienização da população. Exemplo que acontece na capital, Rio de Janeiro, mas depois ocorre um trabalho amplo de identidade nacional, a exemplo na Paraíba, conforme pode ser visto no Edital da Escola Normal supracitada, quando o mesmo exige atestado médico de que é vacinado e que não possui moléstia infectocontagiosa.

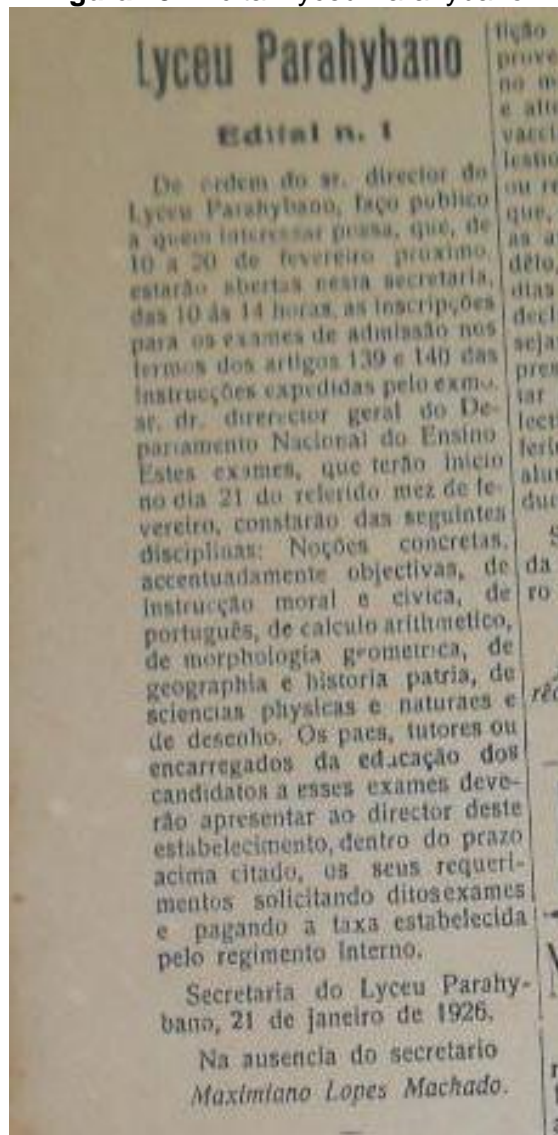
No mesmo edital, tornou possível evidenciar uma ligação entre saúde e educação, pois o mesmo utiliza das exigências de seleção de ingresso na Escola Normal, como forma de divulgação e implementação das ações de prevenção de doenças, apresentando, assim, forte marca coercitiva e punitiva, uma vez que o candidato que possui alguma doença e não foi vacinado, não pode participar da seleção.

Dessa forma, pode-se concluir que a educação na área da saúde, que, ao longo do século XX, recebeu diversas terminologias como "educação sanitária", "educação em saúde" e "educação para a saúde", e as instituições como as escolas foram fundamentais para a divulgação das ações que viabilizaram o controle e a erradicação da doença.

Outro ponto importante e deve ser ressaltado são algumas diferenças em um edital de Escola Normal e da escola Lyceu Parahybano. A começar pela educação e saúde. No edital para o Lyceu não foram vistas exigências que comprovem a vacina, nem exame médico que comprove ausência de doença.

No próximo edital, é possível perceber algumas características do currículo do Lyceu Parahybano:

Figura 19 - Edital Lyceu Parahybano.



Fonte: Jornal *A União*, PARAHYBA, Terça-feira, 26 de janeiro de 1926. N. 20. Anno XXIV.

O Lyceu durante um grande período do século XIX e XX foi a única instituição cultural capaz de reunir homens de estudos e líderes intelectuais na Parahyba. Entre 1850 e 1929 a sociedade paraibana foi lyceana. Segundo Menezes (1983), todas as lideranças administrativas “nasceram” no Lyceu, a exemplo de Diogo Velho Cavalcanti, Felizardo Toscano, Elvídio Carneiro da Cunha, no período da monarquia, e depois os republicanos como Cardoso Vieira. Todos na condição de professores ou alunos. Vale salientar que, no passado, os professores do Lyceu eram médicos, jornalistas, farmacêuticos, filósofos, historiadores, advogados, dentre outros homens de letras.

4.2 ADJETIVOS E ADVÉRBIOS: PRESENÇA ESSENCIAL NOS ANÚNCIOS DE EDUCAÇÃO?

Para responder tal pergunta, é importante dizer que, na análise do discurso, a linguagem deve ser estudada não só em relação ao seu aspecto gramatical, mas também em relação aos aspectos ideológicos e sociais. Malidier (2003) afirma que “o discurso é concebido como o lugar em que se entrelaçam a língua, a história e o sujeito”. O estudo da língua, portanto, está sempre ligado ao aspecto histórico.

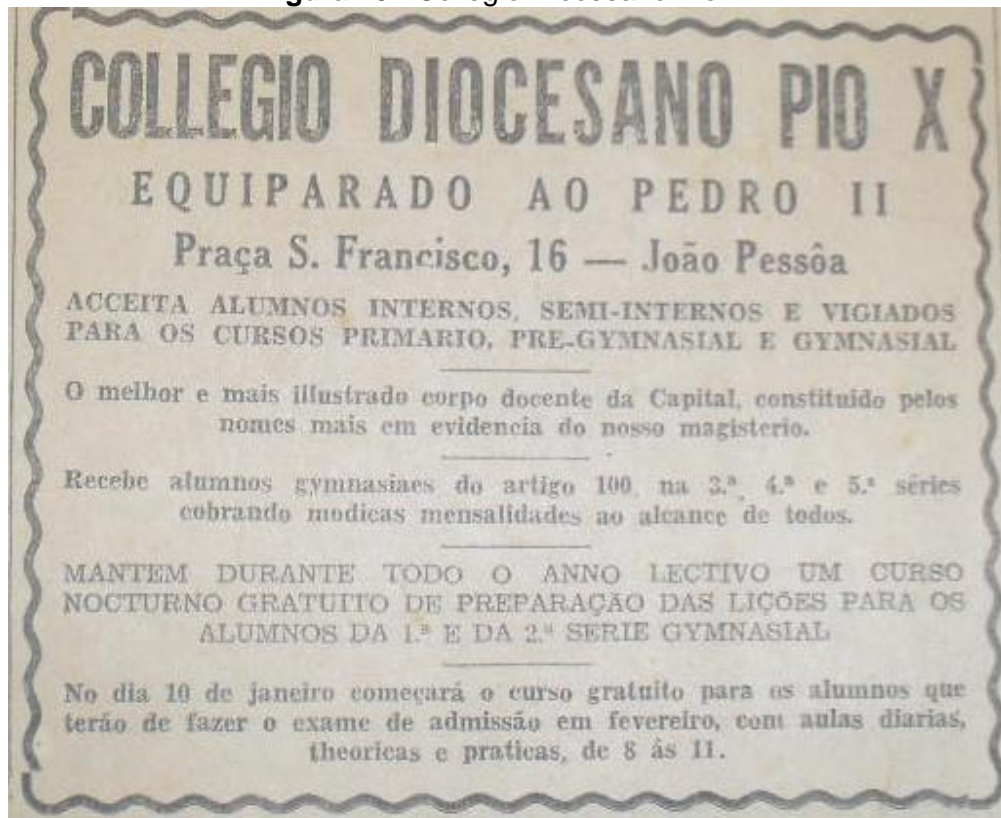
Ao produzir linguagem, o falante produz discurso. Discurso é aqui entendido, como uma atividade comunicativa, construtora de sentidos que se dá por meio da interação entre os falantes. Sendo assim, o discurso é um dos lugares em que a ideologia se manifesta, ou seja, torna-se material, concreta por meio da língua.

Portanto, estudar os adjetivos, os superlativos e os advérbios dos anúncios que representam, muitas vezes, a competência dos professores e das instituições de ensino se torna relevante para a compreensão da sociedade no período estudado, uma vez que o veículo de comunicação utilizado como fonte desta pesquisa, o jornal *A União*, é reconhecido como possuidor de um saber verdadeiro, oficial, e por isso, gerador de poder, onde o discurso se torna um espaço em que saber e poder se unem, articulam-se, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente.

Diariamente a sociedade é entregue a uma quantidade muito grande de produtos e de serviços prestados que, de forma ínfima ou quase nada, **teria** significado para nós se não fossem as estratégias que a publicidade lhes garante. Utilizando-se do poder das palavras, ela garante a esses serviços um status especial.

Trata-se de um modo de apropriação do real: os nomes de um professor ou de uma instituição de ensino, como no exemplo a seguir, serão forçosamente interligados a conteúdos publicitários, seja para designar, sejam para qualificar, já que não se pode excluir a relação de intertextualidade que une o texto publicitário ao discurso do cidadão, quando este se refere ao produto ou serviço que adquiriu, ou que pretende adquirir.

Figura 20 - Collegio Diocesano Pio X.



Fonte: *A União*, João Pessoa, Sexta-feira, 1º de janeiro de 1937,
 Anno XLIV, nº 24, p. 1 (2ª secção).

No discurso publicitário, com frequência, ocorrem frases enfatizando as qualidades e o caráter positivo do serviço oferecido. Sendo a publicidade superlativa, os termos positivos são demasiadamente frequentes nos anúncios. Bastante explícito, no anúncio do “Collegio Diocesano Pio X”, é atribuir à instituição uma importância particular. Por exemplo, o anúncio supervalorizou o corpo docente, sugerindo que, quem estuda, com tal equipe docente, vai ter melhores resultados.

Dessa forma, o anúncio fez uso de estratégias argumentativas com o intuito de persuadir o leitor/consumidor de que o serviço em questão é “superior”; o que se consegue por meio da técnica argumentativa da singularização, que foi expressa linguisticamente por meio do grau superlativo relativo de superioridade “o melhor e mais illustrado corpo docente” dentre todos os outros. Os advérbios intensificadores (sobretudo as ocorrências de mais e melhor) foram utilizados com o adjetivo “illustrado”, não se descartando, porém, seu emprego ao lado de substantivos, pronomes, advérbios. No texto publicitário acima, os advérbios assumiram importante papel na intensificação das qualidades do serviço anunciado.

Na imagem a seguir, o primeiro ponto a ser observado é a forma chamativa do anúncio, na primeira metade do século XX, uma vez que essa forma visa à divulgação de produtos e serviços de forma persuasiva.

Figura 21 - Instituto Pedagógico.



Fonte: *A União* – Quinta –feira, 14 de janeiro de 1937, ano XLIV, nº 300, p. 3 (2ª secção).

Verifica-se a supervalorização do serviço prestado, objetivando convencer o leitor de que ele tem uma falta e que será preenchida com a escolha de fazer parte da instituição através da matrícula (alvo do anúncio).

Geralmente, o anúncio não possui nenhuma informação mentirosa. Ele apenas mostra uma parte da verdade que favorece o anunciante, destacando apenas aquilo que irá beneficiar o leitor. Tudo isso porque o anúncio é uma atração, um encantamento, uma persuasão. É possível que o persuasor não esteja trabalhando com uma verdade, mas com algo que se aproxima de certa verossimilhança.

Ao ver um anúncio, é possível que ele venha convencer com a sua estratégia particular. Verossímil é, dessa forma, aquilo que se constitui em verdade a partir de sua própria estratégia. Por isso, pode-se dizer que o discurso publicitário se configura um conhecimento fragmentado do saber, que só será realmente conhecido quando o consumidor usufruir do serviço prestado. O anúncio apenas sugere uma forma de viver, aproveitando-se de técnicas persuasivas. Nessa direção, persuadir não é o mesmo de enganar. É o resultado de certa habilidade do discurso que o constitui como verdadeiro para o receptor.

Porém, os percursos de sentidos se concretizam nos textos que circulam na sociedade. O efeito de harmonia e unidade do sentido é elaborado por discursos que controlam, classificam, ordenam, permitindo que um texto possa “estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível” (FOUCAULT, 1986).

O surgimento dessa ilusão de unidade do sentido é um recurso discursivo que fica explícito nos textos midiáticos. As mídias ocupam um papel de mediação entre os leitores e a realidade. Sendo assim, o texto não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor construir maneiras simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.

Sendo assim, foi possível conhecer a estrutura dos anúncios sobre escolas, professores e métodos de ensino, bem como a linguagem e a representação empregada na construção das propagandas, o que permitiu compreender as estratégias de persuasão aos leitores de jornal, nas três primeiras décadas do século XX.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma breve retrospectiva histórico-educacional do final do século XIX até o século XX mostrou-se indispensável, pois, assim, foi possível compreender algumas continuidades no campo educacional, o que levou a confirmação de que as reformas políticas se revestiam de um “[...] novo cenário vestido de velho” (CARVALHO, 2010, p.10). Na sociedade brasileira, pode-se dizer que predominou muito mais os aspectos da continuidade do que as características de rupturas.

Procurou-se desenvolver, neste trabalho, algumas questões que são postas para o pesquisador de história da educação. Em especial, para aqueles que têm como desafio investigarem sobre as três primeiras décadas do século XX na tentativa de compreender, mesmo que parcialmente, a teia sociocultural, as relações de poder e econômicas que se deram na sociedade brasileira, em especial, a paraibana, no interior dos debates sobre educação.

Tratou-se, assim, de uma pesquisa histórica, baseada pela análise documental, que envolveu desde documentos oficiais à literatura da época, perpassando por uma breve observação da concepção de modernidade no cotidiano paraibano.

Pesquisando minuciosamente as fontes descritas, foram retirados dos textos aspectos que evidenciam as experiências educacionais vividas naquele tempo e o quanto essas experiências são significativas para a compreensão da história da educação no Brasil e na Paraíba. Além disso, analisar os anúncios referentes à educação, pautada no discurso de uma modernidade pedagógica, desvelam-se além do contexto educacional, fatos, valores e políticas cujas consequências ainda se fazem presentes na sociedade contemporânea, de forma implícita ou explícita.

No contexto da Primeira República, o percurso histórico da imprensa inicia, mesmo que em bases precárias, o processo de uma comunicação de massa. Os jornais, nesse momento, têm papel relevante e de grande impacto social. Com o início da República Nova, 1930, há uma expansão e sofisticação da indústria, modificando as relações interpessoais, dinamizando o campo cultural e a história intelectual.

O processo de modernização da educação no Brasil teve início no final do século XIX, mais precisamente com o advento da República, e estendeu-se às primeiras décadas do século XX, quando o país passava por várias mudanças do

ponto de vista político, social e econômico. Essas transformações refletiram profundamente na educação brasileira, surgindo discussões e debates em torno da situação precária do ensino, da organização escolar, das falhas nos métodos e dos processos de ensino, com vistas a promover iniciativas de reformas na educação. As reformas educacionais, além de serem estimuladas pelas mudanças políticas, sociais e econômicas que estavam ocorrendo no país, também eram provocadas pelas ideias pedagógicas que chegavam da Europa, em favor de uma renovação de métodos e processos de ensino.

Dessa forma o método intuitivo direcionou o desenvolvimento da criança do ponto de vista mental, moral e físico, e se caracterizou como o mais conveniente à instrução das classes populares, capaz de reverter à precariedade do ensino. O novo método, ancorado nas “lições de coisas”, é divulgado em Exposições Universais, em alguns países da Europa, visando expandir a aplicação das práticas pedagógicas renovadas.

Então, as ideias pedagógicas modernas são representadas na renovação da concepção de educação e na implantação de novos métodos de ensino. Esta forma de ensino também chega ao Brasil no momento posterior a sua independência em 1822. O movimento de modernização da educação brasileira iniciou-se no final do século XIX, mais precisamente com o advento da República, e estendeu-se às primeiras décadas do século XX, quando o país passava por várias modificações políticas, sociais e econômicas. Essas transformações repercutiram profundamente na educação do Brasil, originando debates em torno da situação precária do ensino, da organização escolar, dos métodos e dos processos de ensino, com o objetivo de promover iniciativas de reformas na educação.

Com relação ao ensino intuitivo, a renovação educacional se fez presente nas escolas privadas, no Estado da Paraíba. As discussões sobre a forma de se trabalhar com o método intuitivo na escola primária brasileira se estenderam até a década de 1930 do século XX, quando as ideias da Escola Nova já se faziam presentes no cenário educacional brasileiro.

A educação nova, proposta nas primeiras décadas do século XX, foi vista como uma técnica de reconstrução da sociedade brasileira mediante a reconstrução da educação, cuja ideia tem semelhanças com as ideias de reconstrução da sociedade, via educação, iniciadas na modernidade no continente europeu.

Até a década de 1930, os discursos político e da educação produzidos no Brasil têm uma relação dessas inovações pedagógicas com o ideário liberal republicano de transformação social pela via da educação. O que ocorreu na prática foram propostas de criação de escolas primárias, com a adoção do método e muito debate em torno de seus benefícios e prejuízos, bem como sobre a sua implementação. Não existiam espaços adequados para comportar um maior número de alunos, nem materiais didáticos e nem professores formados para pôr em prática o método.

Com relação ao ensino intuitivo, a renovação educacional, de acordo com os anúncios apresentados, fez-se presente nas escolas privadas. As discussões sobre a forma de se trabalhar com o método intuitivo na escola primária brasileira perduraram até a década de 1930 do século XX, quando as ideias da Escola Nova já se faziam presentes no cenário educacional brasileiro. A educação nova, proposta nas primeiras décadas do século XX, foi encarada como um instrumento de reconstrução da sociedade brasileira mediante a renovação da educação, cuja ideia tem resquícios com as ideias de reconstrução da sociedade, via educação, iniciadas na modernidade no continente europeu.

Estas foram algumas características sobre a educação na Paraíba, nos anos investigados. O levantamento desses dados permitiu deduzir algumas reflexões importantes no que tange ao papel da educação na Paraíba. Com base na formulação de algumas questões, foi possível estabelecer que os anúncios impressos eram um meio de divulgação no qual as instituições de ensino e os professores apresentavam, à sociedade paraibana, os serviços que ofereciam, assim como a sua visão com relação à educação.

Observou-se, ainda, que havia um especial destaque para o corpo docente das instituições de ensino que exaltam, em seus anúncios, a importância de possuir em seus quadros profissionais reconhecidos como competentes, sendo possível perceber que cada verbo, adjetivo, advérbio alterado, transformado, introduzido no anúncio no decorrer dos anos, vai tornando este gênero mais persuasivo, contribuindo como o seu objetivo comunicativo de estabelecer uma ação comercial.

Dos anúncios apresentados no jornal *A União* pode-se afirmar que eles divulgavam e implantavam questões relativas à educação, tendo sido um recurso de divulgação e consolidação das identidades escolares, em que os professores e

colégios eram apresentados como elementos de qualidade, constatando, muitas vezes, o sucesso de tais colégios e profissionais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil.** Subsídios para uma história de quatro anos. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAIMA, Carlúcio de Brito. Remédios que curam: Uma leitura das propagandas e da utilização dos medicamentos pela sociedade ludovicense (1850-1900). In: II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA. **Anais eletrônicos...** São Luís: UEMA, 2011. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/baima.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARR, Eduard Hallet. **Que é história?** 4 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1985.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Império e educação: rupturas e continuidades no processo educacional brasileiro durante o primeiro reinado (1822-1836). **Revista Tempos e Espaços em Educação/** Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. – Vol. 1, n. 1. (2008). – São Cristovão, 2010.

CHARTIER, Roger. **História cultural:** entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. São Paulo, 1988.

_____. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **O Mundo como Representação.** Estudos avançados. 1991.

_____. **Do livro à leitura.** Em: CHARTIER, Roger (org.). Práticas de leitura. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77- 106.

_____. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priore. 2. ed. Brasília/DF: UnB, 1999a.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta:** periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Primeiro fascículo. 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **Vigiar e punir**. São Paulo, Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. Ed. São Paulo: Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, Marcelo Magalhães. Comércio & Propaganda nos periódicos oitocentistas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa oficial de Minas Gerais. Ano XLIV, nº 1, Janeiro/ Junho, 2008. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/search.php>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

LIMA, Isabella Cristina Amorim de Lucena. Uma análise comparativa entre anúncios de jornais paraibanos dos séculos XIX e XXI. **Revista Polidisciplinar eletrônica da faculdade de Guairacá**. V. 2, 2010.

_____. **ATENÇÃO!!! VENDE-SE SAÚDE**: as tradições discursivas em anúncios sobre medicamentos nos jornais paraibanos do século XIX. [Tese]. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

Livro. **100 ANOS DE PROPAGANDA**. São Paulo: Abril Cultural, 19(80).

LOURENÇO FILHO. **Orientação profissional**. Escola Nova, São Paulo, v. 3, n. ½, p. 3-7, maio/jun. 1931 a.

LOURENÇO FILHO; BERGSTROM, Manuel. **Os testes**. Escola Nova, São Paulo, v.2, n3/4, p. 253-9, mar./abr. 1931 b.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Impressos: Veículos de publicidades, fontes para História da Educação. **Cadernos de História da Educação** – v. 11, nº 2, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21702>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MALDIDIER, D. **A Inquietude do discurso** – (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINS, Eduardo. **Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos**. João Pessoa: A união: 1976.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa – IMPRENSA OFICIAL – PB, 2 ed. 1956.

MENEZES, José Rafael de. **História do Lyceu Parahybano**. UFPB, 1983.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. **Pedagogia liberal mordenizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana**. Campinas, SP: Autores Associados – FE/UNICAMP, 1997.

NEVES, Helena de Araújo; AMARAL, Giana Lange do. Propaganda: Um instrumento a serviço das instituições de ensino Pelotenses (1875-1910). In: XIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. **Anais eletrônicos...** Universidade Federal de Pelotas (RS), 2005. Disponível em:

<www.ufpel.edu.br/cic/2005/arquivos/CH_00308.rtf>. Acesso em: 27 jul. 2013.

NICOLAU, Roseane Batista Feitosa. **Forma e sentido: [livro eletrônico]: a arquitetônica dos anúncios na imprensa paraibana dos séculos XIX e XX**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2012.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Educação no Brasil Anos Vinte**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e “utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, Dermevalet al. **História e história da educação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados HISTEDBR, 2000.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: Teoria, Técnica e Prática**. 7. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos. **A permanência do tradicional nas representações do moderno: a construção da identidade social da dona de casa na revista casa & jardim (anos 1950 e 60)**. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277303606_ARQUIVO_MarinêsSantos_fg9_2.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2014.

SCHELBAUER, Analete Regina. Entre anúncios e artigos: Registros do método de ensino intuitivo do jornal A Província de São Paulo (1875-1889). In: **História da Educação pela Imprensa**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

SENA, Fabiana. **Imprensa e instrução pública no império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba**. Rev. Bras. Hist. educ; Maringá-PR, v. 14, n. 1 (34, p. 73–97, jan./abr. 2014).

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro. 2. ed., São Paulo, Summus, 1991, p. 65.

SILVA, Maria Beatriz da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822)**: Cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Casa e os mestres**: A educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VIDAL, Diana. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971), Campinas, Mercado das Letras, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e Escola no Brasil**. Campinas. Papirus, 1990.

JORNAL *A UNIÃO*. Órgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba – Capital – Quinta-feira, 02 de fevereiro de 1893. ANNO I. N. 1.

_____. Domingo 7 de fevereiro de 1904. ANNO XII – N. 23.

_____. Quinta - feira, 4 de fevereiro de 1926. ANNO XXXV – N. 28.

_____. Quinta – feira, 9 de janeiro de 1930, nº 6. Anno XXXVIII, p.4.

_____. Sábado, 18 de janeiro de 1930, nº 14, Anno XXXIII, p. 7.

_____. Domingo, 19 de janeiro de 1930. Anno XXXIII, nº: 15, p. 4.

_____. João Pessoa (Parahyba) – Quarta-feira, 18 de janeiro de 1933, nº 15, ANNO XLI, p. 7.

_____. João Pessoa (Paraíba) – Quarta- feira, 10 de janeiro 1934, nº 6, ano XLI, p. 4.

_____. João Pessoa, Sexta-feira, 1º de janeiro de 1937, anno XLIV, nº 24, p. 1 (2ª secção).

_____. João Pessoa – Terça-feira, 12 de janeiro de 1937, anno XLIV, nº 298, p. 6. (2º secção).

_____. Quinta -feira, 14 de janeiro de 1937, anno XLIV, nº 300, p. 3 (2ª secção).

JORNAL A GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Sábado, 17 de setembro de 1808, N. 2, p. 4.

JORNAL O DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Sexta - feira, 1 de Junho de 1821.